



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

QUESTÃO DE ORDEM Nº 003/2011

**AUTOR:** DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

**Assunto** ENCAMINHA QUESTÃO DE ORDEM À PRESIDÊNCIA, A QUAL DISPÕE SOBRE A EXISTÊNCIA EM LEGISLATURA ANTERIOR DE CPI E CEI SOBRE PEDÁGIO.

**Aprovada em** \_\_\_\_\_

**Rejeitada em** \_\_\_\_\_

## OBSERVAÇÕES

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---



## QUESTÃO DE ORDEM

Encaminha Questão de Ordem à Presidência  
do Poder Legislativo.

Em 01-03-11  
Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa e em face dos termos do termo tido conhecimento de protocolização de pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito afim de apurar problemas com relação aos contratos de pedágio nas estradas do Estado do Paraná, questionamos o que segue:

- de acordo com Regimento Interno desta Casa em seu art. 37, § único que preceitua que " *As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas do Código de Processo Penal*";
- desta maneira, é necessário observarmos o que dispõe o art. 18 do CPP, " *Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.*"
- assim, tendo em vista esta mesma Casa haver realizado Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada em 2003 e uma Comissão Especial de Investigação no ano de 2007 sobre o mesmo tema dos pedágios no Paraná terem sido concluídas e sem que nenhum fato novo tenha surgido a respeito do mesmo tema desde então:

Encaminho a presente Questão de Ordem para que a Presidência desta Casa não venha a acolher o pedido de abertura de nova CPI acerca do tema contratos de pedágio pelo fatos acima expostos.

Sala das Sessões, em 01 de março de 2011.

Deputado Ademar Traiano  
LÍDER DO GOVERNO

|                               |
|-------------------------------|
| ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ |
| PROTOCOLO Nº 4515             |
| EM 03/03/11                   |
| FUNÇÃO                        |



**DIRETORIA LEGISLATIVA**

Certifico que o presente expediente foi autuado nesta data, como QUESTÃO DE ORDEM nº 003/2011, protocolado sob o nº 4515/11, de 03/03/11.

De ordem do Sr. Diretor, remeta-se a Procuradoria para parecer.

Diretoria Legislativa, em 04 de março de 2011.

  
Maria Henrique de Paula  
Mat. 40.668

De acordo.

  
Mauro Ribeiro Borges  
Diretor Legislativo



PROCURADORIA  
GERAL

# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Aníbal Khury



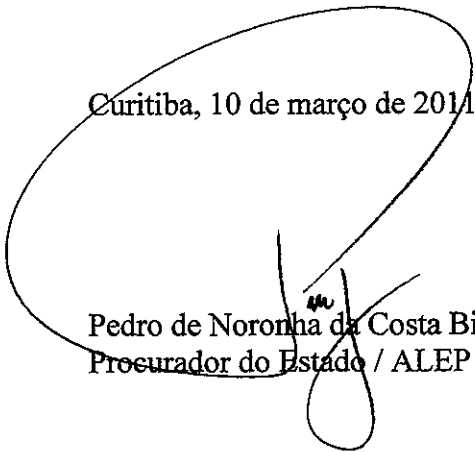
**Questão de Ordem nº 003/2011**

**Interessado: Deputado Ademar Traiano**

**Assunto: Possibilidade de existência em legislatura anterior de CPI e CEI sobre "Pedágio".**

1. De ordem, preliminarmente e considerando-se a informação constante deste processo de que já tramitaram nesta Casa uma CPI e uma CEI referente ao tema Pedágio, restitua-se à Diretoria Legislativa para informar a respeito e/ou juntar documentos sobre aquelas duas Comissões para que se verifique sobre a eventual coincidência de tema;
2. Após volte para manifestação final.

Curitiba, 10 de março de 2011

  
Pedro de Noronha da Costa Bispo  
Procurador do Estado / ALEP



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa



Assunto: Questão de Ordem nº 003/2011  
Possibilidade de existência em  
legislatura anterior de CPI e CEI sobre  
"Pedágio"

Interessada: Procuradoria

Protocolo nº: 4515/2011

Data: 11/03/2011

Inf. nº 021-DL-17ª Legislatura

Atendendo a sua solicitação, juntamos os documentos que se seguem e que atestam:

a) a existência de requerimento datado de 18/02/2003 e protocolado sob o nº 1420, por meio do qual se propôs a constituição de uma CPI com o objetivo de investigar, apurar e diligenciar os procedimentos de concessão, privatização, pedágios e contratos das rodovias estaduais e federais que cortam o Estado do Paraná. Esta CPI foi constituída pelo Ato do Presidente nº 005/2003, de 27 de fevereiro de 2003, publicado no Diário da Assembleia nº 011/Av., de 27 de fevereiro de 2003, p. 2 e instalada em 17/03/2003, sob a Presidência do Dep. André Vargas. Ressaltamos que não encontramos, no âmbito desta Diretoria, cópia do Relatório Final da CPI ora indicada;

b) a existência de Comissão Especial de Investigação, instalada sob a Presidência do Dep. Fábio Camargo e



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa



com relatoria do Dep. Plauto Miró, constituída com a finalidade de apurar os motivos que determinam a composição e valores das tarifas de pedágio no Estado do Paraná, cujo Relatório Final, de 14 de novembro de 2007, anexamos;

c) a existência de Requerimento autuado nesta Diretoria sob nº 15/11, protocolado sob o nº 4635, por meio do qual o Dep. Kielse objetiva a criação de nova CPI com o seguinte objeto: *"investigar o processo licitatório referente à implantação do programa de concessão de rodovias no Paraná, bem como, apurar as alterações dos contratos originais e movimentações fiscais, financeiras e jurídicas realizadas pelas empresas concessionárias que exploram as rodovias do Estado através das tarifas de pedágio"*

Por oportuno, esclarecemos que estamos procedendo ao sobrestamento deste último requerimento até que se tenha a definição da presente questão de ordem

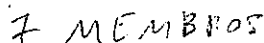
  
Mauro Ribeiro Borges  
Diretor Legislativo

**CPI – PEDÁGIO**

ANDRÉ VARGAS (Presidente)  
DELEGADO BRADOCK (Vice-Presidente)  
ADEMAR TRAIANO (Relator)  
PLAUTO MIRÓ  
BARBOSA NETO  
DUÍLIO GENARI  
VALDIR ROSSONI

HERMES FONSECA  
ANTONIO ANIBELLI  
LUIZ F. LITRO  
DURVAL AMARAL  
VANDERLEI IENSEN  
RIBAS CARLI  
NELSON GARCIA

Instalada em 17/03/03



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

**Centro Legislativo Presidente Anibal Khury**

bal Khury N. 1420

EM 27,02,2003

Marco  
FUNCIONÁRIO

I - RECEBIDO;  
II - PROTOCOLE-SE;  
III - A DA. PARA OS DE UI.  
DOS FINE  
Em 26/02/03.

## REQUERIMIENTO

**SÚMULA:**

PRESENTE

Requer a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta por sete (07) membros, edis desta Casa de Leis, com prazo de duração de cento e vinte dias (120 dias), para apurar possíveis irregularidades nos procedimentos de Concessão, Privatização, Pedágio e Contratos das rodovias estaduais e federais que cortam o Estado do Paraná.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) composta por sete membros, edis desta Casa, para que, no prazo regimental de 120 dias (cento e vinte dias) procedam investigações, apurações e diligências sobre os procedimentos de Concessão, Privatização, Pedágio e Contratos das rodovias estaduais e federais que cortam o Estado do Paraná, e ao final, apresentem relatório a este Plenário sobre as possíveis irregularidades, pois trata-se de assunto do maior interesse da comunidade paranaense.

SALA DAS SESSÕES, em 18 de fevereiro de 2003

**Deputados Estaduais:**

W. H. Site

A close-up of a sailboat's sail with the name "Joe Hanna" written in cursive script. To the right, a portion of a globe is visible.

Carlos Simoes

83  
Rudro Guincho

Hardul

Vardier  
 Vardier Funder  
 Homer Bulson

*[Signature]*  
PASTOR

PROCURADORIA GERAL  
FLS. 08  
70



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
PEDÁGIO

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e três, no Plenário Luiz Gabriel Sampaio, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico da eleger o Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado Natálio Stica, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados André Vargas e Delegado Bradock para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Conforme entendimento das lideranças partidárias o Deputado Ademar Traiano será o relator da presente CPI. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais

ANDRÉ VARGAS

DELEGADO BRADOCK

PLAUTO MIRÓ

BARBOSA NETO

ADEMAR TRAIANO

DUILIO GENARI

VALDIR ROSSONI

NATALIO STICA

1º Vice-Presidente



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.E.

Em, 17 MAR 2003

*[Assinatura]*  
1º Secretário

Ofício nº 15/01

*[Assinaturas e rubricas manuscritas]*  
Curitiba, 17 de março de 2003.

Senhor Presidente,

Vimos a presença de Vossa Excelência, para indicar os Deputados abaixo relacionados para compor as CPI's, conforme segue:

| CPI                        | TITULAR        | SUPLENTE       |
|----------------------------|----------------|----------------|
| PARANÁ CIDADE              | Jocelito Canto | Carlos Simões  |
| COPEL                      | Luiz Accorsi   | Valdir Rossoni |
| JOGOS MUNDIAIS DA NATUREZA | Valdir Rossoni | Nelson Garcia  |
| BANESTADO                  | Ailton Araújo  | Luiz Accorsi   |
| PEDÁGIO                    | Valdir Rossoni | Nelson Garcia  |

Obs.: Esta indicação está sendo feita em substituição à anterior, protocolada na data de ontem, pelo motivo da falta dos deputados suplentes para as CPI's.

Certos de contar com vossa costumeira atenção e manifestação favorável, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

*[Assinatura de Valdir Rossoni]*  
**VALDIR ROSSONI**  
Deputado Estadual  
Líder do PTB

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ

PROTOCOLO N.º 1850

18.03.03

*[Assinatura]*  
FUNCIONÁRIO

Excelentíssimo Sr.

**HERMAS BRANDÃO**

MD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
N/Capital



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA



Nº 011/Av.

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 FEVEREIRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

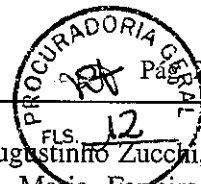
**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

|                         |                     |
|-------------------------|---------------------|
| Líder do Governo .....  | Ângelo Vanhoni      |
| Líder da Oposição ..... | Durval Amaral       |
| PTB .....               | Valdir Rossoni      |
| PFL .....               | Plauto Guimarães    |
| PSDB .....              | Ademar Traiano      |
| PMDB .....              | Antonio Anibelli    |
| PPB .....               | Duílio Genari       |
| PT .....                | Luciana Rafagnin    |
| PDT .....               | Neivo Beraldin      |
| PSL .....               | Luiz Carlos Martins |
| PL .....                | Chico Noroeste      |
| PPS .....               | Waldir Leite        |
| PSB .....               | Ratinho Júnior      |
| PSC .....               | Mauro Moraes        |

## Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Aílton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Nelson Tureck; PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Luciano Ducci - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.



## Atos da Presidência:

### ATO DO PRESIDENTE Nº 01/2003

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

#### D E C L A R A :

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 11 (onze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, na Sessão do dia 26 de fevereiro de 2003, de autoria dos senhores deputados Neivo Beraldin, Rafael Greca, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Elza Correia, Cida Borghetti, Mauro Moraes, Ailton Araújo, Augustinho Zucchi, Padre Paulo, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Nelson Tureck, Carlos Simões, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, Ratinho Júnior, Hermes Fonseca, Elton Welter, Francisco Bühner, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, Alexandre Curi, Chico Noroeste, Artagão Júnior, André Vargas, Dobrandino da Silva e Waldir Leite, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 62 da Constituição Estadual, para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigue e apure denúncias de corrupção nas ações e/ou omissões do governo estadual e de terceiros favorecidos, em relação ao Banco do Estado do Paraná - Banestado, especialmente: a) pelo fato de, conforme denúncias publicadas pela imprensa nacional através da revista IstoÉ, o Banco ter sido o canalizador de lavagem de dinheiro para o exterior, por onde teriam passado entre 1996 e 1999, cerca de 33 bilhões de dólares; b) em razão destes fatos foi aplicada a multa de cerca de 275 mil reais, por organismo de fiscalização do Banco Central dos Estados Unidos, onde o Banestado não confessaria e nem seria punido pelos atos praticados, numa escandalosa e imoral parcimônia assinada em 1999 entre o Governo do Paraná e os Bancos Centrais do Brasil e dos Estados Unidos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

### ATO DO PRESIDENTE Nº 02/2003

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

#### D E C L A R A :

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 09 (nove) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, na Sessão do dia 26 de fevereiro de 2003, de autoria dos senhores deputados Neivo Beraldin, Rafael Greca, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto,

Delegado Bradock, Renato Gaúcho, Augustinho Zucchi, Padre Paulo, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Artagão Júnior, André Vargas, Marcos Isfer, Alexandre Curi, Francisco Bühner, Luciana Rafagnin e Pedro Ivo, com fundamento no Parágrafo 3º do Artigo 62 da Constituição Estadual, para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apure os assuntos referentes à Copel (Companhia Paranaense de Energia) - compra e venda de ações da Sercomtel no ano de 1998 - compra de energia elétrica pela Cien e outros - prejuízos com horizontalização da Copel - participação e constituição em todas as subsidiárias - compra e venda de títulos e créditos tributários.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

### ATO DO PRESIDENTE Nº 003/2003

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

#### D E C L A R A :

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 (sete) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, na Sessão do dia 26 de fevereiro de 2003, de autoria dos senhores deputados Neivo Beraldin, Rafael Greca, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Elza Correia, Augustinho Zucchi, Padre Paulo, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Jocelito Canto, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Elton Welter, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, Nereu Moura, Waldir Leite, Artagão Júnior, André Vargas, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva e Arlete Caramês, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 62 da Constituição Estadual, para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigue, na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, o programa Paranacidade, conforme se segue: 01) os contratos de financiamentos e repasses de recursos firmados entre o Estado e os municípios, e os seus órgãos afins, até a presente data; 02) o desembolso e o fluxo de financiamentos do Tesouro do Estado e os externos com os seus respectivos pagamentos; 03) as análises da capacidade de endividamento dos municípios; 04) os critérios para a transferência de recursos a fundo perdido; 05) e a avaliação da importância sócio-econômica da obra financiada.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

### ATO DO PRESIDENTE Nº 004/2003

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferi-

das pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

**D E C L A R A :**

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 (sete) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, na Sessão do dia 26 de fevereiro de 2003, de autoria dos senhores deputados Neivo Beraldin, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Elza Correia, Mauro Moraes, Augustinho Zucchi, Padre Paulo, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Carlos Simões, Reni Pereira, Jocelito Canto, Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, Ratinho Júnior, Hermes Fonseca, Elton Welter, Francisco Bühner, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, André Vargas, Ademir Bier, Nereu Moura, Dobrandino da Silva, Artagão Júnior, Arlete Caramês, Alexandre Curi, Chico Noroeste e Waldir Leite, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 62 da Constituição Estadual, para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigue, apure e apresente relatório ao Plenário, de fatos referentes a I Edição dos Jogos Mundiais da Natureza, por tratar-se de assuntos de grande interesse da comunidade paranaense e por pesar sobre o evento denúncias sobre má aplicação de recursos públicos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

**ATO DE PRESIDENTE Nº 05/2003**

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

**D E C L A R A :**

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 (sete) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, na Sessão do dia 26 de fevereiro de 2003 de autoria dos senhores deputados: Neivo Beraldin, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Elza Correia, Mauro Moraes, Augustinho Zucchi, Padre

Paulo, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Carlos Simões, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, Ratinho Júnior, Hermes Fonseca, Elton Welter, Francisco Bühner, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, André Vargas, Nereu Moura, Dobrandino da Silva, Waldir Leite, Alexandre Curi, Artagão Júnior, Ademir Bier e Arlete Caramês, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 62 da Constituição Estadual para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias, procedam investigações, apurações e diligências sobre os procedimentos de concessão, privatização, pedágios e contratos das rodovias estaduais e federais que cortam o Estado do Paraná, e ao final, apresentem relatório a este Plenário, sobre as possíveis irregularidades, pois trata-se de assunto do maior interesse da comunidade paranaense.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

**ATO DE PRESIDENTE Nº 06/2003**

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

**D E C L A R A :**

constituído o Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, composto por 15 (quinze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa e aprovado em 26 de fevereiro de 2003, de autoria dos senhores deputados Elton Welter, Luciana Rafagnin, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin, Duílio Genari, Ratinho Júnior e Chico Noroeste, que deverá atuar em defesa do setor Agropecuário do nosso Estado, realizando fóruns, seminários, simpósios em conjunto com as demais Comissões Técnicas da Assembléia Legislativa e instituições representativas do setor existentes no Estado do Paraná e no Brasil, com trabalhos até o final da presente legislatura.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.03.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

das pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

**D E C L A R A :**

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 (sete) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, na Sessão do dia 26 de fevereiro de 2003, de autoria dos senhores deputados Neivo Beraldin, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Elza Correia, Mauro Moraes, Augustinho Zucchi, Padre Paulo, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Carlos Simões, Reni Pereira, Jocelito Canto, Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, Ratinho Júnior, Hermes Fonseca, Elton Welter, Francisco Bühner, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, André Vargas, Ademir Bier, Nereu Moura, Dobrandino da Silva, Artagão Júnior, Arlete Caramês, Alexandre Curi, Chico Noroeste e Waldir Leite, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 62 da Constituição Estadual, para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigue, apure e apresente relatório ao Plenário, de fatos referentes a I Edição dos Jogos Mundiais da Natureza, por tratar-se de assuntos de grande interesse da comunidade paranaense e por pesar sobre o evento denúncias sobre má aplicação de recursos públicos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

**ATO DE PRESIDENTE Nº 05/2003**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

**D E C L A R A :**

constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 (sete) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, na Sessão do dia 26 de fevereiro de 2003 de autoria dos senhores deputados: Neivo Beraldin, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto, Marcos Isfer, Delegado Bradock, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Elza Correia, Mauro Moraes, Augustinho Zucchi, Padre

Paulo, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Carlo Simões, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, Ratinho Júnior, Hermes Fonseca, Elton Welter, Francisco Bühner, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, André Vargas, Nereu Moura, Dobrandino da Silva, Waldir Leite, Alexandre Curi, Artagão Júnior, Ademir Bier e Arlete Caramês, com fundamento no parágrafo 3º do artigo 62 da Constituição Estadual para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias, procedam investigações, apurações e diligências sobre os procedimentos de concessão, privatização, pedágios e contratos das rodovias estaduais e federais que cortam o Estado do Paraná e ao final, apresentem relatório a este Plenário, sobre as possíveis irregularidades, pois trata-se de assunto de maior interesse da comunidade paranaense.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.02.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

**ATO DE PRESIDENTE Nº 06/2003**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Título II, Seção III, Artigo 34, combinado com o Inciso XIII, Artigo 20, do Regimento Interno,

**D E C L A R A :**

constituído o Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, composto por 15 (quinze) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa e aprovado em 26 de fevereiro de 2003 de autoria dos senhores deputados Elton Welter, Luciana Rafagnin, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin, Duflin Genari, Ratinho Júnior e Chico Noroeste, que deverão atuar em defesa do setor Agropecuário do nosso Estado realizando fóruns, seminários, simpósios em conjunto com as demais Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa e instituições representativas do setor existentes no Estado do Paraná e no Brasil, com trabalhos até final da presente legislatura.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.03.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente

Curitiba, quinta, em 21.12.95

eu consiga concluir o meu pronunciamento, as minhas explicações Vossas Excelências...

Estou reafirmando que o Governo, desde ontem, está fazendo o repasse de duas parcelas da municipalização.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - É o Programa "Raspa Tacho".

O SR. ALGACI TÚLIO - Esse processo todo...

Gostaria de dizer que o mesmo respeito tenho tido sempre com a Oposição. Quero dizer a Vossa Excelência que vim a essa tribuna dar uma resposta em alto nível. Não precisei baixar o nível, estou dando as explicações, se são convincentes a Vossas Excelências fico agradecido. Se não for, evidentemente Vossas Excelências terão outros recursos para tentar descobrir se é verdade, se é raspa tacho, se é raspa cofre. Não entendo essa linguagem de raspa cofre, essa linguagem não é comigo não, graças a Deus. Prefiro ter uma tendência cigana e até aproveitando a novela do momento e dizer que sou mais afeto aos ciganos do que outros tipos de pessoas.

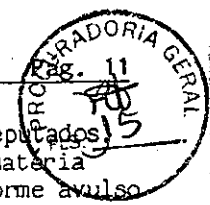
Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou informando ao questionamento feito pelo Deputado Caíto Quintana, que durante doze anos ocupou a tribuna do lado de lá, como Líder do Governo e que sabe das dificuldades que têm os governantes, os seus governantes tiveram para cumprir os seus compromissos. E estamos procurando cumprir com esta obrigação. O Governador Jaime Lerner é um homem sensível, cumpridor dos seus compromissos e é um governo que está procurando de todas as formas obter os recursos para poder viabilizar os compromissos para com os municípios do Estado do Paraná.

Então eu dizia que está sendo feito o repasse das parcelas da municipalização, está sendo feito o repasse dos calçamentos, das pedras irregulares, claro que não podemos atender três mil e tantos convênios, muitos deles assinados no apagar das luzes, até irresponsavelmente assinado no apagar das luzes, vamos procurar...

Então Senhor Presidente, além do mais o BANESTADO está atendendo algumas Prefeituras que o procuraram com condição de indivíduo para também liberar algum dinheiro que possibilite a tranquilidade dos Senhores Prefeitos. Sabem Vossas Excelências, que também o Banco do Estado não tem todas essas possibilidades. A dificuldade é para todos. Não é só para este ou aquele; é para todos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

REDACÃO



ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.  
Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDACÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n° 020/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos no Estado do Paraná e dá outras providências correlatas.

REDACÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N° 020/95

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1° - As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão por esta lei.

Parágrafo Único - Sujeitam-se ao regime de concessão ou permissão, ou, quando for o caso, de autorização, os seguintes serviços e obras públicas:

I - distribuição local de gás canalizado;

II - vias estaduais, precedidas ou não da execução de obras públicas;

III - transporte rodoviário intermunicipal de passageiros;

IV - transporte ferroviário intermunicipal ou que transponha as fronteiras do Estado;

V - transporte aquaviário intermunicipal de passageiros;

VI - transporte aquaviário que proceda a ligação de rodovia estadual;

VII - exploração de obras ou serviços estaduais de barragens, contenções, eclusas, diques irrigações, precedida ou não da execução de obras públicas.

Art. 2° - Para os fins do disposto nesta lei, considera-se:

I - poder concedente: o Estado; II - concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstrem capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, e forma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 02ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO  
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1995  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As dezessete horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Ricca, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selame, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Turval Amara, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaco, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Doutor Rosinha. (01)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 4062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não te-

nam sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.12.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEN DO DIA:

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 020/95, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos no Estado do Paraná e dá outras providências correlatas. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovado o Substitutivo Geral.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de lei n° 468/95, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo, conforme especifica, a vender ações que detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J. EMENDAS DE PLENÁRIO. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. SOBRE AS EMENDAS. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. Substitutivo Geral e Subemenda. Votação ao Substitutivo Geral sem prejuízo da apreciação da subemenda. Em discussão - Em votação. - APROVADO.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - O Senhor já iniciou a Sessão Extraordinária?

O PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, sem prejuízo da apreciação da Subemenda permaneçam como estão. 45 Deputados aprovam. APROVADO.

Em votação a Subemenda. Senhores Deputados que aprovam a Subemenda, queiram permanecer como estão. APROVADA.

Verificação de aprovação. Senhores Deputados que aprovam a Subemenda queiram levantar-se. APROVADO.

Projeto irá à Redação Final, na Sessão de amanhã.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°



Curitiba, quinta, em 14.12.95

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 547/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que cria o Município de Pontal do Paraná, desmembrado do Município de Paranguaá, com sede e foro em Praia de Leste. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Em votação.

O SR. EMERSON NERONE (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, à criação do Município de Pontal do Paraná, quero apenas registrar voto contrário da Bancada do PT, para que deixemos claro que achamos que o projeto que está correndo nesta Casa, que é o Conselho de Desenvolvimento do Litoral, inclusive com recursos agora destinados através do Orçamento, seria a solução ideal para o litoral do Paraná; de forma alguma o seu desmembramento neste período, em que nenhum tipo de empresa vai se instalar no litoral. Isso criará mais um município, como temos nos postado, na criação indiscriminada de municípios.

Portanto, voto contrário da Bancada do PT, para o Pontal do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Aprovado, artigo por artigo, com voto contrário da Bancada do PT.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 548/95, que transfere área territorial do Município de Imbituva para o Município de Irati, conforme plebiscito realizado em 03.12.95, com as divisas que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 354/95 de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial do Município de Campo Largo para o Município de Itaperuçu, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 020/95, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos no Estado do Paraná e dá providências correlatas. SEM PARECERES. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Projeto ora votado, n° 20/95 dispõe sobre o regime de concessão e permissão de serviço público no Estado do Paraná.

É evidente, Sr. Presidente, que neste momento estamos votando a questão da constitucionalidade do projeto, 1ª votação. A CCJ, reunida já deu pela constitucionalidade seria, portanto, intransigência nossa não votá-lo, porque aí eu seria a mesma posição do PT.

No entanto, gostaríamos de solicitar a Vossa Excelência que, após a votação de 1ª, só retornasse com esse projeto na terça-feira, segundo acordos já levantados previamente com alguns companheiros, porque talvez seja um projeto, Deputado Alborghetti, dos mais importantes que vamos votar. É a concessão do serviço público de terceirização e precisa ser amplamente discutida.

Se Vossa Excelência assim o entender ficaríamos profundamente gratos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto, se aprovado retornará à Ordem do Dia de terça-feira, conforme acordo com as Lideranças.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradecemos ao Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Deputados que aprovam conservem-se aonde estão. Aprovado.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Sr. Presidente apenas gostaria de registrar voto favorável da Bancada do PT no tocante à constitucionalidade, assim como o PMDB, e na 2ª Discussão então, analisaremos o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado por unanimidade, artigo por artigo, o projeto retornará se a Assembleia for convocada extraordinariamente, na terça-feira.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 502/95, de autoria do Deputado Elío Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação Municipal dos Técnicos Agrônomos Veterinários e Engenheiros do Município de Santa Helena - ATAVE, e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no DA. n° 167, de 27.11.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 502/95

PARECER :

A proposição em tela, de autoria do Deputado Elío Lino Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Municipal dos Técnicos Agrônomos, Veteri-

Curitiba, quarta, em 20.12.95

jetivo aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado visando ajuste do orçamento do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para permitir a construção do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator CIAADI.

Tendo sido submetido a apreciação da aulta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão não vimos nenhum óbice à tramitação do presente projeto, tendo em vista especificar, em seu anexo I a procedência do recurso, ou seja, carmelamento de dotação da Secretaria de Estado da Criança e de Assuntos da Família.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.12.95

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido Emendas no curso de sua tramitação. **Aprovado.**

A sessão está suspensa por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Reaberta a Sessão.

Há Ofício do Sr. Governador do Estado.

(O Ofício encontra-se publicado no Expediente)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após a presente Sessão Ordinária para apreciação de matérias aprovadas e outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Passaremos ao restante da matéria.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 020/95 de autoria do Deputado Neivo Beralain, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos no Estado do Paraná e dá outras providências correlatas. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J..**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA N° 10 PROJETO DE LEI N° 020/95

PARECER:

Foram apresentadas 3 Emendas ao Projeto de Lei n° 020/95, todas de autoria da bancada do valioso Partido dos Trabalhadores.

Tendo em vista a aprovação por esta Comissão de Constituição e Justiça de um Substitutivo Geral ao Projeto somos de parecer contrário às Emendas apresentadas, que ficam submetidas a Plenário, por não se tratarem de Emendas contrárias à nossa Magna Carta.

É o parecer.

Sala das Comissões em 20.12.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Apoio: Nelson Turek, Valdir Rossoni, Graigo Cartário, Walmor Trentini, Durval Amaral, Elio Rusch, Basílio Zanusso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral da C.C.J. Aproveitar o Substitutivo Geral, as Emendas serão prejudicadas.

Os Deputados que aprovam o Substitutivo Geral conservem-se como estão.

**Aprovado com a rejeição das Emendas.**

O SR. LUZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quarenta aprovam, cinco rejeitam.

**Aprovado o Substitutivo Geral, irá à 3ª discussão, ainda em sessão extraordinária após esta Sessão.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 468/95, de autoria do Deputado Delfino Genari, que autoriza o Poder Executivo, conforme especifica, a vender ações que detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. SOBRE AS EMENDAS.**

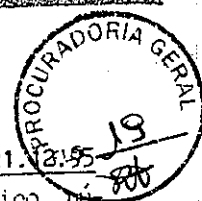
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 468/95

PARECER:

O projeto de lei em análise recebeu várias emendas dos Senhores Deputados, razão pela qual retorna a esta aulta Comissão para parecer.

Criteriosamente estudadas as várias emendas, com a cautela de não desfigurar a proposta original do ilustre Deputado Delfino Genari, resolvemos compilar em um Substitutivo Geral o projeto em questão.

Sob os aspectos constitucional, regimental e legal, o projeto, na forma de



sulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

III - a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

V - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

VI - a concessionária não atender a intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; e

VII - a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

§ 2º - A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º - Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, referidos no parágrafo 1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

§ 4º - Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia calculada no decurso do processo.

§ 5º - A indenização de que trata o parágrafo anterior, será devida na forma do artigo 3º desta lei e do contrato, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

§ 6º - declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

Art. 39 - O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

Parágrafo Único - Na hipótese prevista no caput deste artigo, os serviços prestados pelas concessionárias não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgamento.

#### CAPÍTULO XI Das Permissões

Art. 40 - A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos desta lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.

Parágrafo Único - Aplica-se às permissões o disposto nesta lei.

#### CAPÍTULO XII Das Disposições Finais

Art. 41 - Fica o Estado autorizado a cobrar pedágio pela utilização de vias estaduais conservadas ou vias federais delegadas.

Art. 42 - O Poder Público procederá, periodicamente, a avaliação das concessões e permissões de obras e serviços públicos.

Art. 43 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 44 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.12.95.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
WALMOR TRENTINI - Relator

#### Aprovada.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) Senhor Presidente. Gostaria que constasse na Ata o meu voto contrário.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Sr. Presidente, voto contrário porque achei que faltou debate nesse projeto, até porque vamos entregar algumas estradas excelentes para serem exploradas. E o osso, quem é que fica com o osso?

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Também voto contrário do Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Ouvi as palavras do Deputado Ricardo Chab, quando diz que este projeto não foi discutido suficientemente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor tem que se ater ao sim ou não.

O SR. NEIVO BERALDIN - É evidente, como autor do projeto, sim. Pensei que já teria sido votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então está aprovado.



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**ATO DO PRESIDENTE Nº 05/03**

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELO TÍTULO II, SEÇÃO III, ARTIGO 34, COMBINADO COM O INCISO XIII, ARTIGO 20, DO REGIMENTO INTERNO,**

**D E C L A R A :**

**CONSTITUÍDA A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, COMPOSTA POR 07 (SETE) MEMBROS, CONFORME REQUERIMENTO RECEBIDO PELA MESA, , NA SESSÃO DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2003 DE AUTORIA DOS SENHORES DEPUTADOS NEIVO BERALDIN, VANDERLEI IENSEN, BARBOSA NETO, MARCOS ISFER, DELEGADO BRADOCK, RENATO GAÚCHO, PASTOR EDSON PRACZYK, ELZA CORREIA, MAURO MORAES, AUGUSTINHO ZUCCHI, PADRE PAULO, ANTONIO ANNIBELLI, JOSÉ MARIA FERREIRA, CARLOS SIMÕES, RENI PEREIRA, TADEU VENERI, JOCELITO CANTO, NATÁLIO STICA, ANGELO VANHONL, RATINHO JÚNIOR, HERMES FONSECA, ELTON WELTER, FRANCISCO BUHRER, LUCIANA RAFAGNIN, PEDRO IVO, ANDRÉ VARGAS, NEREU MOURA, DOBRANDINO DA SILVA, WALDIR LEITE, ALEXANDRE CURI, ARTAGÃO JÚNIOR, ADEMIR BIER E ARLETE CARAMÊS, COM FUNDAMENTO NO § 3º DO ARTIGO 62 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, PARA QUE NO PRAZO DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS, PROCEDAM INVESTIGAÇÕES, APURAÇÕES E DILIGÊNCIAS SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE CONCESSÃO, PRIVATIZAÇÃO, PEDÁGIO E CONTRATOS DAS RODOVIAIS ESTADUAIS E FEDERAIS QUE CORTAM O ESTADO DO PARANÁ, E AO FINAL, APRESENTEM RELATÓRIO A ESTE PLENÁRIO SOBRE AS POSSÍVEIS IRREGULARIDADE, POIS TRATA-SE DE ASSUNTO DO MAIOR INTERESSE DA COMUNIDADE PARANAENSE.**

**PALÁCIO DEZENOVE DE DEZEMBRO, EM 27 DE FEVEREIRO DE 2003.**

  
**HERMAS BRANDÃO**  
**Presidente**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

I - Protocolo:  
II - À DL  
PROVINCÍAS

21/11/07

PROCURADORIA GERAL  
PRESIDENTE

## COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO

### VALOR DAS TARIFAS

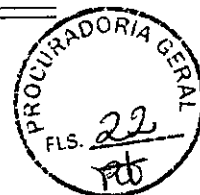
### RELATÓRIO FINAL

Relator: Deputado Plauto Miró

Comissão Especial de Investigação constituída com o fim de apurar os motivos que determinam a composição e valores das tarifas de pedágio no Estado do Paraná.

Curitiba – Novembro de 2007

|                               |
|-------------------------------|
| ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PARANÁ |
| PROTOCOLO Nº 11771            |
| EM 21/11/2007                 |
| <i>Plauto Miró</i>            |
| FUNCIONÁRIO                   |



## **1. Formação e desenvolvimento da Comissão Especial de Investigação**

Desde a implantação do modelo de concessão de rodovias que resultou no chamado "Anel de Integração do Paraná", a sociedade paranaense vem levantando uma série de questões relativas ao modo de condução e gerenciamento dos problemas decorrentes dos "contratos de pedágio".

Dentre inúmeros aspectos trazidos quotidianamente pela mídia o que tange com o valor das tarifas é o que, em geral, causa maior impacto. Se, por um lado, a opinião pública e as manifestações de autoridades são praticamente unânimes em concordar que a concessão das rodovias trouxe aspectos positivos aos usuários e à própria Administração Pública, de outro lado também concordam que os valores das tarifas são elevados.

Diante deste quadro, desempenhando o seu mister de investigar as questões de interesse público e informar a população paranaense sobre os fatos de repercussão coletiva, entendeu por bem, esta Assembleia Legislativa do Paraná, atendendo a requerimento do Deputado Fábio Camargo, em instaurar Comissão Especial de Investigação com dois fins: (A) entender a composição das tarifas do pedágio vigentes no modelo de concessão adotado pelo Anel de Integração e as razões que as levam a ser elevadas; bem como (B) buscar eventuais soluções para uma possível redução das tarifas.



A Comissão foi instalada sob a Presidência do Deputado Fábio

Camargo, tendo como relator o Deputado Plauto Miró – subscritor desta, e ainda foi integrada pelos Deputados Cleiton Kielse, Francisco Bühner, Miltinho Puppio, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Fernando Ribas Carli Filho, Péricles de Mello, Artagão Junior e Ney Leprevost.

Durante o transcorrer de suas atividades a CEI conseguiu coletar inúmeros documentos e ouvir uma quantidade considerável de autoridades e representantes da sociedade civil do Paraná, buscando dados, informações e esclarecimentos sobre o sistema de concessão de rodovias e a sua composição tarifária

As autoridades e representantes da sociedade civil ouvidos foram os seguintes:

- 1 - **Djalma Rocha M. Pereira** – Cogito-Engefoto: que prestou esclarecimentos sobre a fase de estudos preliminares à implantação do modelo de concessões adotado no Estado do Paraná, que serviram como suporte para definição de modal e sistema de tarifas.
- 2 - **Maurício de Sá Ferrante** – ex-Procurador Jurídico do DER: que prestou esclarecimentos sobre os aspectos jurídicos da concessão, principalmente no que concerne com a formação e opção do modelo tarifário.
- 3 - **Paulinho Dalmaz** – ex-Diretor do DER: que prestou esclarecimentos sobre o contexto político, econômico e social do procedimento de concessão das rodovias, criação do Anel de Integração do Paraná, fases de implementação da concessão, sistemas de controle e fiscalização das concessionárias, legalidade do processo licitatório e dos contratos, bem como das tarifas.



4 - **Anselmo Trombini** - Fetranspar: que prestou esclarecimentos sobre aspectos técnicos e econômicos do modelo de concessão adotado no Estado do Paraná, apresentando dados favoráveis e ponderando eventuais dados contrários à implantação do Anel de Integração do Paraná, mormente em relação ao modelo tarifário.

5 - **Nelson Costa** - Ocepar: que prestou esclarecimentos sobre estudo técnico realizado pela Ocepar onde se analisa impactos do pedágio na economia do Paraná.

6 - **Robson Leandro Mafioletti** - Ocepar: que prestou esclarecimentos sobre estudo técnico realizado pela Ocepar onde se analisa impactos do pedágio na economia do Paraná.

7 - **Helder Teófilo dos Santos**, Prefeito de Morretes: que prestou esclarecimentos sobre os impactos econômicos e sociais do pedágio em seu Município.

8 - **Marcelo Gladson Pires** - 7ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Paraná: que prestou esclarecimentos os benefícios da concessão de rodovias e seus impactos nos trabalhos da Polícia Rodoviária Federal.

9 - **Belmiro Valverde Castor Jobim** - Advogado e Economista: que prestou esclarecimentos sobre estudos técnicos realizados relativamente ao sistema de concessões de rodovias adotado no Estado do Paraná e seus impactos na economia.

10 - **Rogério Wallbach Tizzot** - DER: que prestou esclarecimentos sobre a atual situação das concessões das rodovias no Estado do Paraná, seus aspectos legais, técnicos e econômicos e posicionamento do Governo em relação às concessões, bem como o andamento dos processos de negociação para efeito de redução de tarifas e as medidas possíveis para a obtenção deste fim.

11 - **João Chiminazzo Neto** - ABCR: que prestou esclarecimentos sobre a concepção que as concessionárias têm do sistema de concessão de rodovias no Paraná, seus aspectos legais, técnicos e sociais, a situação das rodovias antes e depois do pedágio, a situação econômico-financeira das empresas,





investimentos e caminhos possíveis para se buscar um entendimento comum na questão da redução tarifária.

## 2. Relatório e análise dos fatos apurados

Um dos objetivos da Comissão Especial de Investigação, como se informou, consistiu na busca de elementos que permitissem aos parlamentares e à sociedade paranaense a compreensão da composição tarifária para, então, analisar quais aspectos causam maior impacto na determinação dos valores de pedágio.

Neste sentido deve-se considerar que a criação do Anel de Integração do Paraná, conforme constatou a investigação, foi precedida de estudos técnicos que foram determinantes para o delineamento da modelagem do sistema de concessão. Foi a partir desses estudos que se definiu o modelo das concessões e a base da composição tarifária inicial, suas formas de reajuste, as obras e serviços a serem prestados, a definição dos lotes e a estrutura de licitação e contratos para a concessão. Referidos estudos foram realizados pelo Consórcio de empresas Cogito-Engefoto.

No Programa de Concessão de Rodovias do Paraná, conforme demonstram a documentação encaminhada pela Cogito-Engefoto e os dados contratuais encaminhados pelo DER, previu-se um sistema de pedagiamento do tipo aberto, com praças de cobrança em forma de barreira, e tarifas



definidas por posto de cobrança, em função da base tarifária quilométrica e do trecho de cobertura (geográfica) de cada praça de pedágio.

Foram definidas tarifas básicas quilométricas diferenciadas para os segmentos rodoviários em pista simples ou em pista dupla em decorrência dos diferentes custos de operação, conservação e manutenção desses dois tipos de infra-estrutura viária. O tipo de cobrança previsto foi o **bidirecional**, ou seja, o sistema em que os usuários pagam nos dois sentidos.

Dentro de seu campo de descrição, a Administração Pública também optou, nos procedimentos licitatórios que antecederam os contratos de concessão, pela aplicação do conceito de concessão onerosa, com o valor da tarifa básica fixada pelo Poder Concedente. O pagamento pelo direito de exploração das rodovias se faria através da conservação de rodovias adjacentes ao sistema rodoviário de cada lote de concessão.

Para a composição da tarifa básica os estudos da Cogito-Engefoto levaram em consideração: (a) a classificação de veículos, (b) a localização das praças de pedágio, (c) projeção de tráfego, (c) simulação da projeção de tráfego sobre o período previsto para a concessão, (d) identificação de investimentos e sua cronologia, (e) identificação dos encargos, (f) identificação de parâmetros econômico-financeiros, (g) definição da relação entre tarifas para pista simples e pista dupla (considerando a diferença de custo de manutenção de cada tipo de pista), (h) cálculo do



trecho de cobertura por praça – TCP, ponderado para pista simples e pista dupla e (i) definição da Taxa Interna de Retorno (TIR).

Uma vez estabelecidos todos estes aspectos, tinha-se que as receitas deveriam ser suficientes para cobrir as despesas e a realizar a justa remuneração do capital investido.

Neste contexto chegou-se a uma tarifa básica quilométrica que viabilizaria, segundo os estudos da Cogito-Engefoto, o Programa à TIR definida pelo Governo do Estado.

Considerando-se as características físicas e as distintas peculiaridades de cada trecho rodoviário e de cada lote do Programa, a Administração Pública optou por uma homogeneização da base tarifária quilométrica (padrão para o Estado) resultando distintos valores de tarifa por praça de acordo com sua localização.

Concluiu-se que as tarifas necessárias seriam (valores à data-base de julho de 1996):

- **Tarifa pista simples = 0,033 R\$/Veíc.Equiv./km.**
- **Tarifa pista dupla = 0,044 R\$/Veíc.Equiv./km.**

As tarifas básicas (para veículos de passeio) calculadas para cada praça de pedágio, em função de sua localização e dos respectivos trechos de cobertura das praças (TCP) de cada lote integrante do Programa de Concessão de Rodovias do Paraná, foram as apresentadas a seguir:



## Tarifas-base (Veículos de Categoria 1) por Praça de Pedágio (a)

(data-base = julho/1996)

| Lote | Extensão (km) | TCP Atual (km) |         | Praça | Tarifa Base - Ano 1 (R\$) | Tarifa Base - Ano n(b) (R\$) |
|------|---------------|----------------|---------|-------|---------------------------|------------------------------|
|      |               | P.Simples      | P.Dupla |       |                           |                              |
| 1    | 245,7         | 84,90          | -       | 1     | 2,80                      | -                            |
|      |               | 40,90          | 44,00   | 2     | 3,30                      | 3,70                         |
|      |               | 75,90          | -       | 3     | 2,50                      | -                            |
| 2    | 474,1         | -              | 41,80   | 4     | 1,90                      | -                            |
|      |               | -              | 41,80   | 5     | 1,90                      | -                            |
|      |               | 70,00          | 6,10    | 6     | 2,60                      | 3,00                         |
|      |               | 86,47          | -       | 7     | 2,90                      | 3,80                         |
|      |               | 86,47          | -       | 8     | 2,90                      | 3,80                         |
|      |               | 86,47          | -       | 9     | 2,90                      | 3,80                         |
| 3    | 387,1         | 72,90          | -       | 10    | 2,50                      | 3,30                         |
|      |               | 72,90          | -       | 11    | 2,50                      | 3,30                         |
|      |               | 80,43          | -       | 12    | 2,70                      | -                            |
|      |               | 80,43          | -       | 13    | 2,70                      | -                            |
|      |               | 80,43          | -       | 14    | 2,70                      | 3,30                         |
| 4    | 305           | 70,90          | -       | 15    | 2,30                      | 2,80                         |
|      |               | 76,50          | -       | 16    | 2,50                      | -                            |
|      |               | 66,30          | -       | 17    | 2,20                      | -                            |
|      |               | 66,30          | -       | 18    | 2,20                      | -                            |
| 5    | 480,5         | -              | 67,80   | 19    | 2,90                      | -                            |
|      |               | -              | 46,30   | 20    | 2,00                      | -                            |
|      |               | 15,50          | 41,40   | 22    | 2,30                      | 2,40                         |
|      |               | 56,90          | -       | 23    | 1,80                      | 2,40                         |
|      |               | 80,47          | 3,73    | 24    | 2,70                      | 3,60                         |
|      |               | 80,47          | 3,73    | 25    | 2,70                      | 3,60                         |
|      |               | 80,47          | 3,73    | 26    | 2,70                      | 3,60                         |
|      |               | 80,47          | 3,73    | 26    | 2,70                      | 3,60                         |
| 6    | 135,2         | 4,80           | 79,40   | 21    | 3,70                      | 3,70                         |

As tarifas, fixadas para o início do programa de concessões segundo os critérios explicitados anteriormente, tiveram previsão de atualização para a data indicada no Edital, com reajuste previsto anualmente, contando-se, a sua periodicidade, a partir da data-base de referência.

Além desse reajuste, o contrato previu condição para revisão do valor das tarifas de pedágio, com a finalidade de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos de cada Concessionária e a retribuição dos usuários dos serviços, visando assegurar, em caráter



permanente, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial de cada Contrato de Concessão.

Para reajustamento de tarifas de pedágio a Secretaria de Estado dos Transportes optou pela adoção de fórmula paramétrica ponderada pelos insumos totais do Programa utilizando índices de reajuste da FGV, que embora visivelmente mais complexa, evita critérios diferenciados por lote e reflete índices específicos do setor elaborados por empresa reconhecida internacionalmente. Deste modo, os valores das tarifas básicas de cada praça de pedágio deveriam ser (e são) reajustados utilizando-se a fórmula explicitada a seguir:

$$TBR = TB \times \left\{ \left[ 0,10 \left( \frac{ITi - ITo}{ITo} \right) + 0,20 \left( \frac{IPi - IPo}{IPo} \right) + 0,20 \left( \frac{IOAEi - IOAEo}{IOAEo} \right) + 0,10 \left( \frac{INCCi - INCCo}{INCCo} \right) + 0,30 \left( \frac{ICI - ICo}{ICo} \right) + 0,10 \left( \frac{IGP-Mi - IGP-Mo}{IGP-Mo} \right) \right] + 1 \right\},$$

onde:

**TBR** - é o valor da Tarifa Básica reajustada;

**TB** - é o valor da Tarifa Básica de Pedágio referente à data base de referência da Proposta Comercial, ou seja, Janeiro de 1997;

**ITo** - é o Índice de Terraplenagem para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de referência, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 38);

**ITi** - é o Índice de Terraplenagem para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 38);

**IPo** - é o Índice de Pavimentação para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de referência, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 37);

**IPi** - é o Índice de Pavimentação para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 37);



**IOAEo** - é o Índice de Obras-de-Arte Especiais para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de referência, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 36);

**IOAEi** - é o Índice de Obras-de-Arte Especiais para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 36);

**INCCo** - é o Índice Nacional do Custo da Construção, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de referência, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 6);

**INCCi** - é o Índice Nacional do Custo da Construção, relativo ao segundo mês anterior ao da data do reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 6);

**ICo** - é o Índice de Serviços de Consultoria para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de referência, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 39);

**ICi** - é o Índice de Serviços de Consultoria para Obras Rodoviárias, relativo ao segundo mês anterior ao da data de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 39);

**IGP-Mo** - é o Índice Geral de Preços de Mercado, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de referência, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 7);

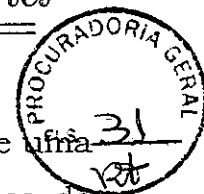
**IGP-Mi** - é o Índice Geral de Preços de Mercado, relativo ao segundo mês anterior ao da data-base de reajuste, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (coluna 7);

0,10 ; 0,20 ; 0,20 ; 0,10 ; 0,30 e 0,10 - parâmetros cuja soma é igual a 1 (um).

Ou seja, para efeito de reajuste, uma vez fixada a tarifa básica inicial, pelo Poder Concedente, antes da realização do certame licitatório, não existe margem para benefícios ou manipulações, eis que cabe apenas ao Poder Público referendar o resultado dos dados aplicados à fórmula.

A partir desses pontos levantados documentalmente pela CEI, corroborados também pelos depoimentos prestados, é possível concluir que foi fundamental para a determinação da tarifa inicial os seguintes elementos, dentre outros menos citados pelos depoentes e documentos:

(a) a decisão política da Administração Pública pela implantação de um modelo de concessão ousado, que comporta a realização de muitas obras e prestação de diversos serviços, o que encareceu o valor do pedágio na medida em que os valores dessas obras e serviços compõem a estrutura tarifária;



(b) a decisão pautada em critérios econômicos e de mercado em favor de uma TIR – Taxa Interna de Retorno, compatível com o contexto econômico do início das concessões;

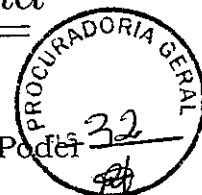
(c) a previsão de elevados investimentos a serem realizados pelas concessionárias e

(d) o prazo de duração dos contratos.

Tenha-se em conta que dados comparativos da época, expostos em material trazido pelo representante das concessionárias, apontam que o valor inicial das tarifas, em comparação com outros modelos e Estados da federação, não era elevado, mas antes compatível com o que se praticava no mercado e com a situação econômica do país.

É de se observar, ainda, a partir das informações e dados obtidos, que a fixação do valor das tarifas, uma vez definido o modelo optado pela Administração Pública do Estado, atendeu a critérios técnicos e objetivos, estando fundada em pesquisas e levantamentos estatísticos de campo que não foram questionados. Ademais, pelo que se tem notícia, o modelo exposto de fixação e reajuste das tarifas não foi objeto de nenhum pronunciamento judicial que o tenha declarado ilegal.

Deste modo, estabelecidos tais pressupostos, parece certo não ser possível alterar-se a fórmula tarifária. Qualquer pretensão de diminuição do preço do pedágio, então, há de trabalhar com os elementos que compõem a fórmula.



Não sem razão é que parte das ações judiciais em que o Poder Público busca a revisão dos valores cobrados pelas concessionárias questiona não propriamente a fórmula mas os dados que alimentam o cálculo da tarifa. Discute-se a TIR, o valor das obras, o preço dos serviços, etc. Nada obstante, reitere-se, as informações são no sentido de que em nenhuma dessas demandas o Estado do Paraná obteve êxito, mesmo que em sede de juízo provisório. Aliás, nesta linha tanto o Diretor do DER e Secretário de Estado dos Transportes – Rogério Tizzot, como o representante das concessionárias – João Chiminazzo, foram enfáticos ao noticiar a existência de algumas dezenas de ações judiciais discutindo, primordialmente, o valor das tarifas cobradas no Paraná. Deste universo, 52 – cinquenta e duas ações foram propostas pelo Estado do Paraná, sendo que este ente público, como se disse, não obteve êxito em nenhuma delas.

Isso demonstra, de forma clara, que a via judicial não tem se mostrado profícua e nem produtiva para encontrar uma solução adequada ao problema do valor, dos reajustes e da composição tarifária. Os diversos integrantes da CEI, a maior parte dos depoentes e as informações obtidas perante os Procuradores do Estado são todas convergentes neste sentido.

Para além disso, todas as informações e declarações apontaram ainda que a via unilateral de modificação contratual e de valor de tarifas, que a manutenção e deflagração do que se pode chamar de verdadeira "guerra judicial do Pedágio" não tem trazido nenhum benefício à Administração. Os dados demonstram, ao contrário, que o conjunto das





demandas entre o Estado do Paraná e as concessionárias tem gerado um imenso passivo que, em algum tempo, irá recair sobre o erário público e os bolsos da população.

Apenas para que se tenha um parâmetro, é interessante apontar um quadro resumido das ações judiciais travadas entre o Poder Concedente e as concessionárias, com a indicação dos pontos de litígio, salientando que nem todas as demandas aparecem no quadro:

| Item    | Ação / Objeto  | Autor(es)   | Réu(s)   |
|---------|--|---|--|
| 1       | Ordinária / Aditivo unilateral redução de tarifas 1998 - Acordo aditivo 2000   | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia | União, Estado do Paraná, DER/PR e DNER   |
| 1.1     | Apelação / Ausência de intervenção do MPF na homologação do acordo   | MPF   | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte, Ecovia, União, Estado do Paraná, DER/PR e DNER |
| 1.1.1   | Recurso Especial / Intervenção MPF   | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia | MPF  |
| 1.1.2   | Arguição de Impedimento / Des. Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz (egresso do MPF)  | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia |  |
| 1.1.2.1 | Recurso Especial / Impedimento Thompson  | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia |  |
| 2       | Ordinária / Inconstitucionalidade da cobrança de pedágio   | SETCEPAR, SINDICAM, FETRANSPAR, OCEPAR, FAEP                    | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia  |
| 2.1     | Apelação   | SETCEPAR, SINDICAM, FETRANSPAR, OCEPAR, FAEP                    | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia  |
| 3       | Popular / Inconstitucionalidade da cobrança de pedágio   | Deputados estaduais: Ademir Bier, Ângelo Vanhoni e outros       | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia  |
| 3.1     | Apelação   | Deputados estaduais: Ademir Bier, Ângelo Vanhoni e outros       | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia  |
| 4       | Ordinária / Legalidade da concessão, direito reajuste, necessidade participação União, etc   | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR   |
| 4.1     | Agravo Instrumento / Efeito preclusivo da cláusula reajuste  | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR   |
| 4.2     | Agravo Instrumento / Pedido de Assistência ABDC  | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR   |
| 4.3     | Agravo Instrumento / Competência Paranavai vs. Curitiba  | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR   |
| 5       | Notificação Judicial / Respeito ao contrato de concessão   | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR   |
| 6       | Ordinária / Nulidade dos Aditivos Contratuais. Aplicação dos contratos originais e respectivas TIR Com pedido de tutela antecipada | Estado do Paraná e DER/PR                                       | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia  |
| 6.1     | Agravo de Instrumento / Remessa do processo para o STF - alegado conflito federativo   | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia | Estado do Paraná e DER/PR  |



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

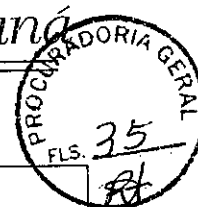


|        |  |   |   |
|--------|--|---|---|
| 7      | Civil Pública / Nulidade dos reajustes tarifários 2005   | PROCON-PR, Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania e Algaci Ormário Túlio | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia                             |
| 7.1    | Agravo de Instrumento / Negativa da tutela antecipada  | PROCON-PR, Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania e Algaci Ormário Túlio | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia                             |
| 8      | Civil Pública / Indisponibilidade de alternativa de meio de pagamento da tarifa de pedágio   | PROCON-PR, Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania e Algaci Ormário Túlio | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia                             |
| 9      | Mandado de Segurança<br>Suspensão dos efeitos da Lei Estadual n.º 15607/2007, isenção ao veículos emplacados no município das praça de pedágio | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR, Rodonorte e Ecovia               | Governador do Estado do Paraná, Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná |
| 10     | Ordinária / Ilegalidade da Comissão de Auditoria Avaliação para fins de Encampação   | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR e Ecovia                          | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 10.1   | Agravo Instrumento / Revogação da tutela antecipada que suspendia os trabalhos da comissão   | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR e Ecovia                          | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 11     | Ordinária / Impedir encampação sem prévia indenização – Denúncia convênios   | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR e Ecovia                          | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 12     | Notificação / Denúncia convênios   | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR e Ecovia                          | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 13     | Prestação de contas quanto as multas arrecadadas   | Econorte, Viapar, Cataratas, Caminhos do PR e Ecovia                          | Estado do Paraná, DER, ANTT, DNIT, União  |
| 14     | Ordinária / Desapropriação   | Econorte, Viapar, Cataratas e Ecovia  | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 15     | Ordinária / Desapropriação   | Econorte, Viapar, Ecovia e acionistas   | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 15.1   | Agravo Instrumento / Declínio de competência para Curitiba   | Econorte, Viapar, Ecovia e acionistas   | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 15.2   | Agravo Instrumento / Illegitimidade passiva do DNIT  | DNIT  | Econorte, Viapar, Ecovia e acionistas   |
| 15.3   | Agravo Instrumento / Estado Paraná<br>Decisão concessiva liminar   | Econorte, Viapar, Ecovia e acionistas   | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 16     | Ordinária / "4ª Via" (revisão unilateral de tarifas  | Econorte, Viapar e Ecovia   | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 16.1   | Apelação / extinção ação 4ª via  | Econorte, Viapar e Ecovia   | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 16.2   | Apelação / Sentença de procedência   | Econorte, Viapar e Ecovia   | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 16.3   | Carta de Sentença  | Econorte, Viapar e Ecovia   | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 16.3.1 | Suspensão de Execução de Liminar   | Estado do Paraná e DER/PR   | Econorte, Viapar e Ecovia   |
| 16.3.2 | Suspensão de Execução de Liminar   | MPF   | Econorte, Viapar e Ecovia   |
| 16.3.3 | Agravo de Instrumento  | Estado do Paraná e DER/PR   | Econorte, Viapar e Ecovia   |
| 17     | Medida Cautelar / Inconstitucionalidade da cobrança de pedágio   | Município Ribeirão Claro  | Econorte  |
| 17.1   | Agravo Instrumento / Decisão de que negou liminar  | Município Ribeirão Claro  | Econorte, União, Estado do Paraná, DNIT e DER/PR  |
| 17.1.1 | Recurso Especial / Decisão de que negou liminar  | Econorte  | Município Ribeirão Claro  |
| 17.2   | Agravo Instrumento / Negativa de inclusão do Estado e DER no pólo ativo da demanda   | Estado do Paraná e DER/PR   | Econorte, União e DNIT  |
| 18     | Civil Pública / principal da cautelar item 15 acima  | Município Ribeirão Claro  | Econorte  |
| 19     | Ordinária / Conserva pelo DER/PR das rodovias estaduais e indenização caso   | Econorte  | Município Ribeirão Claro, Estado do Paraná, DER/PR, União Federal, DNIT e                   |



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



|      | providas as ações que tratam os itens 15 e 16 acima   |  | ANTT   |
|------|---|--|--|
| 20   | Popular / Nulidade do Termo Aditivo 34/2002   | Daniel Krueger Montoya   | Econorte, União, Estado do Paraná, DER/PR, Jaime Lerner e João Henrique de Almeida Sousa |
| 20.1 | Agravo Instrumento / Decisão que negou antecipação tutela   | Daniel Krueger Montoya   | Econorte, União, Estado do Paraná, DER/PR, Jaime Lerner e João Henrique de Almeida Sousa |
| 21   | Ordinária / Caducidade - Impugnação rito membros comissão   | Econorte   | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR   |
| 22   | Ordinária / Desapropriação - acionistas minoritários  | Acciona do Brasil Ltda. e demais acionistas da Econorte  | Estado do Paraná, DER, DNIT e União  |
| 22.1 | Agravo Instrumento / Decisão indeferitória antecipação tutela   | Acciona do Brasil Ltda. e demais acionistas da Econorte  | Estado do Paraná, DER, DNIT e União  |
| 22.2 | Agravo Instrumento / Decisão que declinou competência para seção judiciária do PR   | Acciona do Brasil Ltda. e demais acionistas da Econorte  | Estado do Paraná, DER, DNIT e União  |
| 23   | Ordinária / Reajuste tarifas 2003   | Econorte   | União, Estado do Paraná, ANTT e DER/PR   |
| 23.1 | Suspensão de Liminar / Estado do Paraná   | Estado do Paraná   | Econorte, União, ANTT e DER/PR   |
| 23.2 | Agravo Regimental na Suspensão de Liminar   | Econorte   | Estado do Paraná   |
| 23.3 | Suspensão de Liminar / Estado do Paraná   | Estado do Paraná   | Econorte, União, ANTT e DER/PR   |
| 23.4 | Agravo Regimental na Suspensão de Liminar   | Econorte   | Estado do Paraná   |
| 24   | Ação Civil Pública / Nulidade do reajuste de 2002   | ABDC - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Estado do Paraná, DER/PR (estes dois últimos assistentes litisconsorciais) | Econorte, União e DNIT   |
| 25   | Ordinária / Aplicação do degrau tarifário 2003  | Econorte   | União, Estado do Paraná, ANTT e DER/PR   |
| 25.1 | Suspensão de Liminar / Estado do Paraná   | Estado do Paraná   | Econorte.  |
| 25.2 | Agravo Regimental na Suspensão de Liminar   | Econorte   | Estado do Paraná   |
| 26   | Ordinária / Recuperação contratual  | Econorte   | Estado do Paraná, DER-PR, União e ANTT   |
| 27   | Ordinária / TIR do Projeto vs. TIR do Acionista   | Estado do Paraná e DER-PR  | Econorte, União, DNIT e ANTT   |
| 27.1 | Apelação / decisão que julgou extinta e negou o pedido liminar  | Estado do Paraná e DER-PR  | Econorte, União, DNIT e ANTT   |
| 28   | Medida Cautelar / Ação Lucros de Balanço vs. Reajuste Tarifário 2005  | DER/PR   | Econorte   |
| 28.1 | Agravo de instrumento   | DER/PR   | Econorte   |
| 28.2 | Apelação Civil  | DER/PR   | Econorte   |
| 29   | Civil Pública / Inexistência via alternativa  | MPF  | Econorte, Viapar e Rodonorte, Estado do Paraná, DER-PR, União e DNER                     |
| 30   | Civil Pública / Inexistência via alternativa  | MPF  | Econorte, Viapar e Rodonorte, Estado do Paraná, DER-PR, União e DNER                     |
| 31   | Civil Pública / Nulidade na cobrança do Pedágio, do Termo Aditivo n. 34/2002, do Contrato de Concessão e do Convênio de Delegação | MPF  | Econorte, DNIT, União, Estado do Paraná e DER-PR   |
| 31.1 | Agravo de Instrumento   | Econorte   | MPF  |
| 31.2 | Agravo de Instrumento   | União Federal  | MPF  |
| 31.3 | Agravo de Instrumento   | Estado do Paraná   | MPF  |
| 32   | Ordinária / Reajuste 2006   | Econorte   | ANTT, União, Estado do Paraná e DER-PR   |
| 33   | Civil Pública / Declaração Inconstitucionalidade da Lei 550/90 Município de Floresta, PR  | MPE  | Viapar, Estado do Paraná, DER/PR   |
| 33.1 | Apelação Civil  | MPE  | Viapar, Estado do Paraná, DER/PR   |
| 33.2 | Recurso Especial  | MPE  | Viapar, Estado do Paraná, DER/PR   |



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



|      |  |  |  |
|------|--|--|--|
| 34   | Civil Pública / Nulidade do reajuste de 2002   | ABDC - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Estado do Paraná, DER/PR (estes dois últimos assistentes litisconsorciais) | Viapar, União e DNIT                                 |
| 35   | Civil Pública / Inconstitucionalidade da cobrança de pedágio   | MPF, ADECOM e MP   | Viapar, União, Estado do Paraná, DNER, DER/PR        |
| 35.1 | Apelação   | ADECOM   | Viapar, União, Estado do Paraná, DNER, DER/PR        |
| 36   | Civil Pública / Inexistência via alternativa   | MPF  | Viapar   |
| 36.1 | Apelação   | Viapar   | MPF  |
| 36.2 | Apelação   | MPF  | Viapar   |
| 36.3 | Recurso Especial   | Viapar   | MPF  |
| 36.4 | Recurso Extraordinário   | Viapar   | MPF  |
| 37   | Ordinária / Aplicação do reajuste tarifas 2003   | Viapar   | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR         |
| 37.1 | Suspensão de Liminar   | Estado do Paraná   | Viapar   |
| 37.2 | Agravo Regimental na Suspensão de Liminar  | Viapar   | Estado do Paraná                                     |
| 37.3 | Suspensão de Liminar   | Estado do Paraná   | Viapar   |
| 37.4 | Agravo Regimental na Suspensão de Liminar  | Viapar   | Estado do Paraná                                     |
| 38   | Ordinária / TIR do Projeto vs. TIR do Acionista  | Estado do Paraná e DER/PR  | Viapar, União, ANTT e DNIT                           |
| 38.1 | Apelação   | Viapar   | Estado do Paraná e DER/PR                            |
| 39   | Medida Cautelar Ação Lucros de Balanço vs. Reajuste Tarifário 2005   | DER/PR   | Viapar   |
| 39.1 | Agravo de Instrumento  | DER/PR   | Viapar   |
| 40   | Ação sob o rito ordinário com pedido urgente de antecipação de tutela referente ao contorno de Mandaguari. | VIAPAR   | DER, Estado do Paraná, União, DNIT, ANTT             |
| 41   | Civil Pública / Inconstitucionalidade da cobrança - Inexistência via alternativa                           | MPF  | Rodovia das Cataratas e Viapar                       |
| 41.1 | Apelação Cível   | Rodovia das Cataratas e Viapar   | MPF  |
| 42   | Ordinária / Caducidade - Impugnação do rito e membros da comissão  | Viapar e Ecovia  | União Federal, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR |
| 42.1 | Agravo Instrumento / Declínio de competência para Curitiba   | Viapar e Ecovia  | União Federal, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR |
| 42.2 | Agravo Instrumento / Não apreciação da liminar   | Viapar e Ecovia  | União Federal, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR |
| 43   | Civil Pública / Inconstitucionalidade da cobrança - Inexistência via alternativa                           | MPF  | Rodovia das Cataratas                                |
| 43.1 | Apelação Cível   | Rodovia das Cataratas  | MPF  |
| 43.2 | Recurso Especial   | Rodovia das Cataratas  | MPF  |
| 44   | Civil Pública / Inconstitucionalidade da cobrança - Inexistência via alternativa                           | MPF  | Rodovia das Cataratas                                |
| 45   | Ordinária / Cataratas vs DER - Liberação investimentos referente à duplicações                             | Rodovia das Cataratas  | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR         |
| 46   | Ordinária / Aplicação do reajuste tarifas 2003   | Rodovia das Cataratas  | União, Estado do Paraná, ANTT e DER/PR               |
| 47   | Civil Pública / Nulidade do reajuste de 2002   | ABDC - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Estado do Paraná, DER/PR (estes dois últimos assistentes litisconsorciais) | Caminhos do Paraná, União e DNIT                     |
| 48   | Ordinária / TIR do Projeto vs. TIR do Acionista  | Estado do Paraná e DER/PR  | Caminhos do Paraná, União, DNIT e ANTT               |
| 48.1 | Apelação   | Estado do Paraná e DER/PR  | Caminhos do Paraná, União, DNIT e ANTT               |
| 48.2 | Reconvenção / equilíbrio econômico financeiro do contrato  | Rodovia das Cataratas  | União, Estado do Paraná, ANTT e DER/PR               |
| 49   | Ordinária / Aplicação do reajuste de tarifas   | Rodovia das Cataratas  | União, Estado do Paraná, ANTT e DER/PR               |

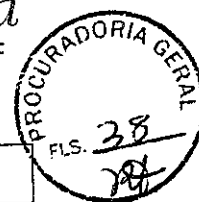


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



|       | 2004   |  |   |
|-------|--|--|---|
| 49.1. | Apelação   | Rodovia das Cataratas  | União, Estado do Paraná, ANTT e DER/PR  |
| 50    | Popular / Nulidade do aditivo que cria a praça de pedágio da Lapa  | Daniel Kruger Montoya  | Caminhos do Paraná, União, Estado do Paraná, DNER, Jaime Lerner, João Henrique de Almeida Sousa   |
| 50.1  | Agravo Instrumento / decisão que indeferiu a liminar   | Daniel Kruger Montoya  | Caminhos do Paraná, União, Estado do Paraná, DNER, Jaime Lerner, João Henrique de Almeida Sousa   |
| 50.2  | Agravo Instrumento / decisão que indeferiu embargos  | Caminhos do Paraná   | Caminhos do Paraná, União, Estado do Paraná, DNER, Jaime Lerner, João Henrique de Almeida Sousa   |
| 51    | Ordinária / Aplicação do reajuste de tarifas 2003  | Caminhos do Paraná   | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 52    | Ordinária / TIR do Projeto vs. TIR do Acionista  | Estado do Paraná e DER/PR  | Caminhos do Paraná, União, DNIT e ANTT  |
| 53    | Ordinária / Aplicação do reajuste de tarifas 2003  | Caminhos do Paraná   | Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR   |
| 54    | Ordinária / Retomada aditivos contratuais  | Caminhos do Paraná   | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 54.1  | Agravo de Instrumento  | Estado do Paraná, DER/PR   | Caminhos do Paraná  |
| 55    | Civil Pública / Cumprimento obrigação contratual – sinalização   | MPF  | Caminhos do Paraná, União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR  |
| 56    | Civil Pública/ Anulação Termo Aditivo 086/02 – alegação de Improbidade Administrativa  | MPF  | Caminhos do Paraná, Estado do PR, DER/PR, Luiz Henrique T. Baldez, João Henrique de Almeida Souza, Jaime Lerner, Wilson Justus Soares, Paulinho Dalmaiz, Gilberto P. Loyola, Jose J. Terlcal Junior, Luiz Roberto Castelallar |
| 56.1  | Agravo de instrumento / Contra Decisão liminar que suspendia os efeitos do termo aditivo   | Caminhos do Paraná   | MPF   |
| 57    | Medida Cautelar Inominada/ Ação Lucros de Balanço vs. Reajuste Tarifário 2005  | DER/PR   | Caminhos do Paraná, União, ANTT e DNIT  |
| 58    | Civil Pública Inconstitucionalidade da cobrança – Inexistência via alternativa   | MPF  | Caminhos do Paraná, Rodonorte, Ecovia, União, Estado do Paraná, DER/PR e DNER   |
| 58.1  | Apelação Cível   | Caminhos do Paraná, Rodonorte e Ecovia   | MPF   |
| 59    | Civil Pública / Inconstitucionalidade da cobrança – Inexistência via alternativa   | MPF  | Caminhos do Paraná, Rodonorte, União, Estado do Paraná, DER/PR e DNER   |
| 59.1  | Apelação Cível   | Caminhos do Paraná e Rodonorte   | MPF   |
| 60    | Reajuste de 2006   | Caminhos do Paraná   | Estado do Paraná, DER e outros  |
| 61    | Ação Civil Pública / Compensar resultados obtidos a maior entre 1998 a 2005, com redução de tarifa, em virtude da redução de encargos. | DER/PR   | Caminhos do Paraná, União, DNIT e Estado do Paraná.   |
| 62    | Ordinária / Aplicação do reajuste tarifas 2003   | Rodonorte  | Estado do Paraná, DNIT, ANTT, DER/PR  |
| 62.1  | Suspensão de Liminar / Impedir reajuste de tarifas   | Estado do Paraná   | Rodonorte   |
| 62.2  | Agravo Regimental na Suspensão de Liminar  | Rodonorte  | Estado do Paraná  |
| 62.3  | Suspensão de Liminar / Impedir reajuste de tarifas   | Estado do Paraná   | Rodonorte   |
| 62.4  | Agravo Regimental na Suspensão de Liminar  | Rodonorte  | Estado do Paraná  |
| 63    | Civil Pública / Nulidade do reajuste de 2002   | ABDC – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Estado do Paraná, DER/PR | Rodonorte, União e DNIT   |



|      |  | (estes dois últimos assistentes litisconsorciais)  |   |
|------|--|--|---|
| 64   | Ordinária / Impedir Desapropriação de ações                                | Rodonorte e acionistas   | União, Estado do Paraná, DNIT, e DER/PR             |
| 64.1 | Agravo de instrumento / decisão que indeferiu liminar                      | Rodonorte  | União, Estado do Paraná, DNIT, e DER/PR             |
| 65   | Ordinária / Suspender trabalhos comissão que declararia caducidade         | Rodonorte  | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT, e DER/PR       |
| 66   | Ordinária / Aplicação do reajuste de tarifas 2006                          | Rodonorte  | DER, União, ANTT                                    |
| 67   | Ordinária / Aplicação do reajuste de tarifas 2003                          | Ecovia   | União, Estado do Paraná, DNIT, ANTT e DER/PR        |
| 67.1 | Suspensão de Liminar / Impedir reajuste de tarifas                         | Estado do Paraná   | Ecovia  |
| 67.2 | Agravo Regimental na Suspensão de Liminar                                  | Ecovia   | Estado do Paraná                                    |
| 67.3 | Suspensão de Liminar / Impedir reajuste de tarifas                         | Estado do Paraná   | Ecovia  |
| 67.4 | Agravo Regimental na Suspensão de Liminar                                  | Ecovia   | Estado do Paraná                                    |
| 68   | Civil Pública / Nulidade do reajuste de 2002                               | ABDC - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Estado do Paraná, DER/PR (estes dois últimos assistentes litisconsorciais) | Ecovia, União e DNIT                                |
| 69   | Ordinária / Inaplicabilidade do degrau tarifário                           | Estado do Paraná e DER/PR  | Ecovia, União, DNIT e ANTT                          |
| 69.1 | Agravo de instrumento / decisão que negou a tutela antecipada              | Estado do Paraná e DER/PR  | Ecovia, União, DNIT e ANTT                          |
| 70   | Ordinária / Revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato         | Ecovia   | Estado do Paraná, União, DNIT e ANTT                |
| 71   | Ordinária / TIR do Projeto vs. TIR do Acionista                            | Estado do Paraná e DER/PR  | Ecovia, União, DNIT e ANTT                          |
| 72   | Ordinária / Lucros de Balanço vs. Reajuste Tarifário 2005                  | DER/PR   | Ecovia e União                                      |
| 73   | Medida Cautelar - Ação Lucros de Balanço vs. Reajuste Tarifário 2005       | DER/PR   | Ecovia e União                                      |
| 73.1 | Agravo de instrumento / Decisão que manteve competência da Justiça Federal | DER/PR   | Ecovia e União                                      |
| 74   | Ação Civil Pública/ Lucros de Balanço vs. Reajuste Tarifário 2005          | DER/PR   | Ecovia e União                                      |
| 75   | Ordinária / Aplicação do reajuste de tarifas 2006                          | Ecovia   | União, Estado do Paraná, DER/PR DNIT, ANTT e DER/PR |
| 75.1 | Suspensão de liminar / Aplicação do reajuste de tarifas 2006               | DER/PR   | União, Ecovia, DNIT, ANTT e DER/PR                  |

### LEGENDA

#### a) concessionárias:

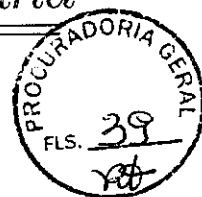
- Empresa Concessionária de Rodovias do Norte e Sudeste - Lote 1
- Viapar - Rodovias Integradas do Paraná S/A - Lote 2
- Rodovia das Cataratas S/A - Lote 3
- Caminhos do Paraná S/A - Lote 4
- Rodonorte - Concessionária de Rodovias Integradas S/A - Lote 5
- Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A - Lote 6

#### b) geral:

- ABDC - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor;



- ADECON - Associação de Defesa do Consumidor de Maringá;
- MP, MPE - Ministério Público do Estado do Paraná;
- MPF - Ministério Público Federal



Ora, pelo que se nota e constata, há mais de 10 – dez anos – se arrasta, no campo judicial, a discussão sobre o pedágio. Todos os tipos de medidas judiciais, todas as formas de impugnação, todas as teses argüidas, nos mais diversos tribunais ou instâncias foram insuficientes. Por certo, e como tributo à confiança que deve ser depositada no Poder Judiciário, é de se crer que, se eventualmente existisse alguma solução judicial para a redução dos valores da tarifa ou ilegalidade nesses valores, ela já teria se manifestado.

De outro modo a via administrativa de revisão unilateral dos contratos e tarifas igualmente não tem se mostrado eficiente.

A solução de encampação das concessões, cogitada no passado, não se mostrou viável e por isso não foi levada a termo.

A redução unilateral das tarifas, tal como ocorreu nos primeiros anos da concessão, apenas determinou a emergência de diversas disputas judiciais, mormente pedidos de indenizações feitos pelas concessionárias, que se prestou apenas para fins eleitorais e para gerar um imenso passivo aos cofres públicos.

Finalmente, nesta sede administrativa, embora se tenha cogitado nos depoimentos perante a CEI sobre irregularidades ou ilegalidades na apresentação, por parte das concessionárias, dos dados que integram a planilha de cálculo das tarifas, parece que as denúncias não têm elementos suficientes para prosperar na sede desta investigação. Diz-se isto pois o

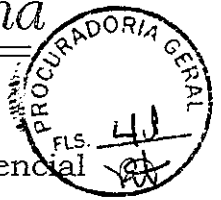


próprio representante das concessionárias perante a CEI afirmou que as suas contas e dados são auditados pelo Departamento de Estradas e Rodagens, tendo inclusive relatado que uma dessas auditorias contou com a presença da Polícia Militar do Estado. O Diretor do DER e Secretário de Estado dos Transportes, indagado sobre a fiscalização, também afirmou que o órgão que comanda possui uma equipe de fiscalização atuante. Logo, ao que tudo indica, se fossem fundadas as denúncias de graves ilegalidades ou manipulação de dados integrantes da fórmula tarifária que podem afetar, para cima, o valor do pedágio, tais situações já teriam vindo a lume.

Quer-se, portanto, acreditar, que se realmente existissem ilegalidades flagrantes (hipótese esta não investigada por esta Comissão por não constituir seu objeto de análise), com toda a fiscalização administrativa do DER, elas já teriam vindo a público. Aliás, se tais ilegalidades fossem comprovadas sequer o Estado do Paraná precisaria buscar a discussão judicial, eis que, nesta hipótese, administrativamente, existiriam meios para correção de dados e sanção das concessionárias, de forma mais simples e rápida do que as que se desenrolam no âmbito judicial.

Tais constatações e conclusões sobre os dados trazidos pelos documentos e depoimentos não conduzem à conclusão necessária de que as tarifas não podem ser baixadas. Apenas indicam que os caminhos do litígio, judicial ou administrativo, a via das decisões e imposições unilaterais, não são adequados e não têm surtido efeito prático algum. Ao contrário, como já se disse, tais vias só têm gerado passivos gigantescos ao Estado e impedido o





diálogo e a negociação. Acrescente-se, também, o passivo potencial ocasionado pelas ações judiciais que procuram discutir a validade, ou não, das Taxas Internas de Retorno (TIR), previstas em Termos Aditivos legitimamente estabelecidos.

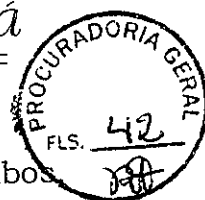
Se é possível abaixar o valor das tarifas – e esta CEI tem convicção sobre esta viabilidade –, o caminho há de ser o do entendimento, do diálogo, da negociação. As acusações e disputas se prestaram, ao que parece, apenas para desgastar o Governo do Estado, como a credibilidade das concessionárias perante a opinião pública.

### **3. Possíveis soluções, conclusões e recomendações**

Como se afirmou, esta CEI concorda que no atual contexto a melhor e, quiçá, única saída para a redução das tarifas do pedágio seja a negociação.

Neste sentido há que se ressaltar, todavia, que todo processo de negociação pressupõe boa vontade política, de ambas as partes, para o diálogo e o encontro de concessões recíprocas. Sem este pressuposto, qualquer acerto será impossível.

Considerando isso é forçoso desde já reconhecer que uma das finalidades desta CEI – busca de solução para a redução das tarifas – já foi atingida. Afirma-se isto porque tanto o Secretário de Estado de Transportes como o Diretor Regional da ABCR (entidade representativa dos interesses



das concessionárias) mostraram-se abertos ao diálogo. Ambos expressamente, declararam o interesse de iniciar imediato processo de negociação.

Por parte do Governo do Estado, além das declarações do Secretário Rogério Tizzot, em sua manifestação perante a CEI, o próprio Governador Roberto Requião tem se mostrado disposto ao diálogo. Tanto assim que acenou com a possibilidade deste processo de negociação ser intermediado por comissão desta Assembléia Legislativa.

Por parte das concessionárias o Diretor Regional da ABCR também se mostrou pronto para o diálogo. Perguntado sobre esta disposição e a possibilidade de agendamento de reunião breve, assim respondeu: "Sem sombra de dúvida, nós estamos dispostos e abertos a negociação; podemos fazer esse tipo de agendamento sem problema nenhum, mas esse convite precisa ser feito também ao poder concedente".

Restando criado, portanto, um contexto favorável ao diálogo, parece interessante apontar algumas soluções que foram cogitadas no decurso dos trabalhos da CEI e que podem integrar a pauta dos diálogos.

### 3.A) Revisão da Taxa Interna de Retorno:

Quando da concepção do modelo das concessões que seriam implantadas no Paraná o contexto econômico do país era muito



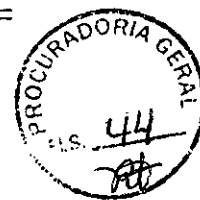
diverso do atual. De acordo com as informações trazidas à CEI, o Risco Brasil ultrapassava a casa dos 1.800 pontos; hoje está na casa dos 170 pontos. Ademais, inexistiam, na época, marcos regulatórios claros no setor de concessão de rodovias. Diante deste quadro o próprio Ministério dos Transportes recomendava e utilizava uma TIR de 22% aa.

Nas concessões em vigor no Estado do Paraná a TIR varia, de acordo com os contratos e respectivos aditivos vigentes, entre 17 a 20%. O novo contexto econômico do Brasil indica a possibilidade de uma revisão que deverá se dar, necessariamente, pela via consensual.

### 3.B) Extensão do prazo da concessão:

O prazo das concessões das rodovias que participam do Anel de Integração do Paraná é de 24 – vinte e quatro – anos. Como se expôs anteriormente, o prazo da concessão é uma das peças importantes para a composição tarifária. Dentre diversos elementos considerados, a relação entre período de concessão e projeção de tráfego para este período é que permite a fixação de tarifas mais elevadas ou mais baixas. Afinal o prazo dá indicativo de previsão para a amortização dos investimentos realizados.

Nesta seara todos os depoimentos que abordaram esta questão foram convergentes no sentido de reconhecer que a expansão do prazo contratual pode ser uma saída viável para a redução tarifária.



### 3.C) Revisão de obras e serviços:

O montante de obras e serviços, como já foi apontado, integra a composição tarifária. O programa de concessão de rodovias no Estado do Paraná, também de acordo com a opinião de todos os depoentes, foi bastante ousado, prevendo inúmeros serviços e obras. Esta "ousadia", conquanto capaz de gerar muitos benefícios aos usuários, tem o seu impacto. E este imtambém pacto, reitere-se, projeta-se para as tarifas.

Com tal premissa não é de descartar como possibilidade viável para a redução das tarifas a desoneração da realização de obras e serviços que não sejam considerados essenciais. Da mesma forma, o custo dessas obras previstas também causa impacto nas tarifas. A revisão e fiscalização desses custos, pelas vias contratuais e legais, também é um caminho possível para se buscar a diminuição do preço do pedágio.

### 3.D) Redução e/ou isenção tributária:

Na mesma linha da solução anterior, sabe-se que os gastos com tributação também integram as planilhas de encargos consideradas na formação da base tarifária.

Evidentemente que a redução ou isenção de tributos estaduais e municipais (tais como ICMS, ISS e taxas estaduais) podem determinar a redução das tarifas.



### 3.E) Revisão da localização das praças de pedágio:

Em sua explanação perante a CEI, o Diretor Regional da ABCR levantou uma possibilidade de redução do valor das tarifas que não havia sido aventada, até então, por nenhum outro depoente.

Referida solução diz respeito ao aumento da base de pagantes através da realocação e/ou criação de novas praças de pedágio. De acordo com João Chiminazzo, se as concessionárias conseguirem negociar com o DER a realocação ou criação de novas praças de pedágio, a tarifa poderia cair vertiginosamente, pois a base de pagantes aumentaria, abrangendo um número maior de usuários, e o equilíbrio econômico-financeiro poderia ser mantido. Esta hipótese deve ser pensada individualmente, lote por lote, estudando onde isso seria cabível.

### 3.F) Federalização das concessões:

A federalização das concessões foi aventada por alguns depoentes. Diante das dificuldades de um caminho para negociação no Estado do Paraná, sugeriu-se, em alguns momentos, que o Governo Estadual denunciasses as delegações administrativas para exploração das rodovias e devolvesse o problema e a negociação para o nível federal.

Tal solução, ao que parece, não representa uma garantia de diminuição de tarifa mas, apenas, um deslocamento do foro de negociação. Este deslocamento do foro de negociação só se demonstrará necessário em



não havendo boa solução no processo de negociação instaurado em razão dos trabalhos da CEI.



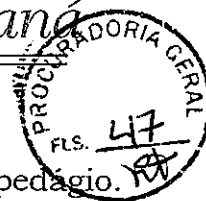
### 3.G) Negociação do passivo judicial:

Por fim esta CEI aventa, ainda, como uma das pautas do diálogo que pode viabilizar o entendimento entre as concessionárias de rodovias e o Governo do Estado, a negociação do *quantum* indenizatório judicial que recai sobre o Estado do Paraná.

Como foi apontado anteriormente as inúmeras disputas judiciais geraram uma quantidade muito grande de indenizações a serem arcadas pelo Poder Público. A demonstração de vontade política para a negociação desses valores, de forma individual, e respeitando as peculiaridades de cada concessionária e demanda, pode ser eventualmente um elemento atrativo para a Administração Pública aceitar a revisão de termos contratuais.

Portanto, muito embora as concessionárias não tenham se manifestado expressamente, no decorrer dos trabalhos da CEI, de forma positiva neste sentido, esta Comissão recomenda que o passivo judicial indenizatório do Estado seja objeto de negociação entre as concessionárias e o Poder Público.

Considerando tudo o que se relatou esta CEI recomenda que o Governo do Estado do Paraná e as concessionárias, individualmente, de forma direta ou sob a intermediação desta Assembléia Legislativa, iniciem




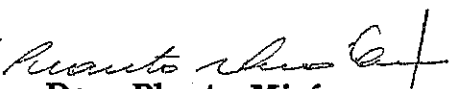
processo aberto de negociação visando a redução das tarifas de pedágio.

Esta solução apontou-se, no entendimento da CEI, como o caminho mais viável para a revisão tarifária mormente em se considerando o insucesso dos meios que vêm sendo utilizados. Tal processo de negociação deverá levar em consideração as sugestões de "pautas negociáveis" apontadas nesta conclusão, além de outros que aparecerem no decorrer dos diálogos.

Sugere-se, ademais, que na hipótese já aventada pelo próprio Governador do Estado das negociações serem intermediadas por esta Assembléia Legislativa, que tal processo seja conduzido pela Mesa Executiva da ALP.

Curitiba, 14 de Novembro de 2007.

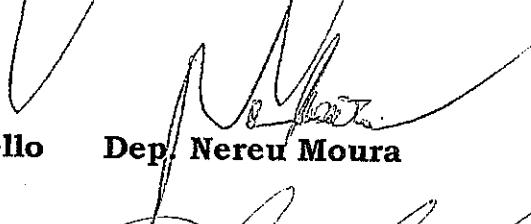
  
**Dep. Fábio Camargo**  
Presidente da CEI

  
**Dep. Plauto Miró**  
Relator da CEI

  
**Dep. Fernando Ribas Carli Filho**

  
**Dep. Cleiton Kielse**

**Dep. Péricles de Mello**

  
**Dep. Nereu Moura**

  
**Dep. Miltinho Puppio**

**Dep. Augustinho Zucchi**

  
**Dep. Francisco Bühner**

  
**Dep. Artagão Junior**

**Dep. Ney Leprevost**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 28 FEV. 2011

**1º Secretário**

## REQUERIMENTO

A DL  
PARA VERIFICAR REQUISITOS  
CONSTITUCIONAIS E REGIMENTAIS

Em 01/03/11

SÚMULA: REQUER a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o Programa de Concessão de Rodovias no Paraná.

PROTOCOLO Nº 4635

EM 03/03/2011

PRESIDENTE

Art. 1º - Cria no âmbito do Poder Legislativo, nos termos dos artigos 36, § 4º e 121, § 2º iii, do Regimento Interno, Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 (sete) membros e com prazo de duração de 120 dias, para investigar o processo licitatório referente à implantação do PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS NO PARANÁ, bem como apurar as alterações nos contratos originais e movimentações fiscais, financeiras e jurídicas realizadas pelas empresas concessionárias que exploram as rodovias do Estado através das tarifas de pedágio.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de Fevereiro de 2011.

**KIELSE**  
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº - 4º andar - gab. 402 - CEP 80.530-911 - Curitiba - Paraná  
fax (0-xx-41) 3352-3338 - Fones: (0-xx-41) 3350-4075 / 3350-4175 / 3350-4275 / 3350-4276  
E-mail: kielse@pr.gov.br

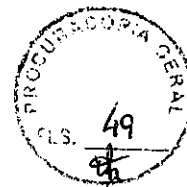




# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse



## JUSTIFICATIVA

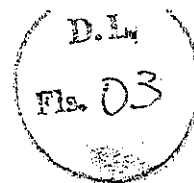
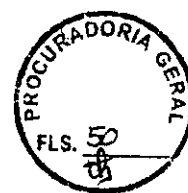
Tem este requerimento o objetivo de solicitar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) voltada à investigação de todas as etapas de implantação e gerenciamento do Programa de Concessão de Rodovias no Paraná. Esta resolução faz-se necessária para que possa funcionar concomitantemente às demais Comissões Parlamentares já constituídas neste Parlamento, tendo base regimental e constitucional, e por tratar-se de matéria de grande importância para o Estado do Paraná.

A solicitação baseia-se nas diversas denúncias acerca do pedágio já divulgadas por este parlamentar desde o ano de 2008, devidamente investigadas pelo Ministério Público Estadual e Federal desde então. Trata-se de extenso estudo realizado pelo parlamentar, que apontam possíveis fraudes tanto nas licitações de 1997 quanto nos termos aditivos aos contratos de concessionárias de pedágio no Paraná realizados nos anos 2000 e 2002. Segundo a documentação, as concessionárias de pedágio, que assumiram a exploração das praças em 1998, não estão cumprindo com os contratos originais.

Através de tabelas e dados oficiais, foram demonstrados os principais pontos do desequilíbrio financeiro das empresas, seus lucros exorbitantes e a base da ilegalidade jurídica decorrente das mudanças que retiraram 1.950 quilômetros de obras e duplicações de rodovias paranaenses. Desde então, luta-se pela recomposição da estrutura original dos contratos através da via judicial, baseando-se na Constituição Federal e nos artigos 90, 92 e 96 da Lei de Licitações. As modificações presentes nestes termos sugerem fortes indícios de improbidade administrativa qualificada e condução para lesa-pátria, já que não existe qualquer homologação dessas mudanças nos Tribunais de Contas nem na Assembleia Legislativa.

Segundo o mesmo estudo, as concessionárias de pedágio promoveram alterações contra os parâmetros da legalidade e da transparência, causando prejuízo diretamente aos paranaenses pela falta de estrutura e execução das obras de infraestrutura (como duplicações, viadutos, contornos, vias de segurança, trincheiras etc). Somam-se ainda pontos de deficiência na prestação de contas dos investimentos que estariam sendo executados, como superfaturamento baseado na arrecadação absurda de aproximadamente R\$ 16 bilhões e pouco menos de R\$ 2 bilhões de investimentos de retorno para nossa população.

Desta forma, ressalta-se que não se trata de ação partidária nem de aspecto político, e sim gerencial e administrativo, justamente para ajudar a economia do Estado e retroagir aos contratos originais, bem como evitar quaisquer desvios legais no cumprimento deste serviço aos paranaenses.

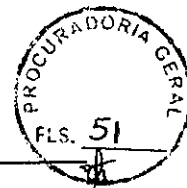


REQUERIMENTO Nº 531

(a) CLEITON KIELSE

APOIAMENTO:

- 01- EVANDRO JÚNIOR
- 02- GILBERTO RIBEIRO
- 03- PARANHOS
- 04- ARTAGÃO JÚNIOR
- 05- TERUO KATO
- 06- PROFESSOR LEMOS
- 07- PÉRICLES DE MELLO
- 08- NEREU MOURA
- 09- GILBERTO MARTIN
- 10- TONINHO WANDSCHEER
- 11- LUIZ EDUARDO CHEIDA
- 12- WALDYR PUGLIESI
- 13- MARCELO RANGEL
- 14- STEPHANES JÚNIOR
- 15- PASTOR EDSON PRACZYK
- 16- ANDRÉ BUENO
- 17- DR. BATISTA
- 18- AUGUSTINHO ZUCCHI
- 19- CANTORA MARA LIMA
- 20- NELSON LUERSEN
- 21- ADEMIR BIER
- 22- ADELINO RIBEIRO
- 23- ANIBELLI NETO
- 24- RASCA RODRIGUES
- 25- FÁBIO CAMARGO
- 26- MAURO MORAES
- 27- GILSON DE SOUZA
- E
- 28- MARLA TURECK



Parecer: 141/2011 - PG.

Protocolo: 4515/11

Assunto: Questão de Ordem 3/2011

Da: Procuradoria Geral

Para: Diretoria Legislativa

Data: 14/03/2011

Senhor Diretor Legislativo:

Em cumprimento ao respeitável despacho de folhas 3, exarado em protocolo de QUESTÃO DE ORDEM, através da qual o nobre Deputado ADEMAR TRAIANO solicita que **a Presidência desta Casa não venha a acolher pedido de abertura de nova CPI acerca do tema contratos de pedágio pelos fatos acima expostos**, esta Procuradoria-Geral manifesta-se nos termos a seguir apresentados.

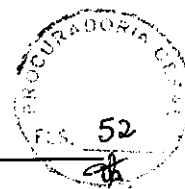
A questão de ordem em tela foi formulada com base em duas situações fáticas informadas pelo seu subscritor:

- a) que houve **protocolização de pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito afim de apurar problemas com relação aos contratos de pedágio nas estradas do Estado do Paraná.**
- b) que já houve **Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada em 2003, e uma Comissão Especial de Investigação no ano de 2007 sobre o mesmo tema dos pedágios no Paraná**

O nobre Deputado informa, ainda, que **nenhum fato novo** surgiu **a respeito do mesmo tema**, sustentado também que o artigo 18, do Código de Processo Penal, aplicável subsidiariamente às Comissões Parlamentares de Inquéritos, na forma do artigo 37, § único, do Regimento Interno desta Casa, condiciona a reabertura de inquérito já arquivado ao surgimento de novas provas.

É o sucinto relatório.

Conforme o artigo 36, do Regimento Interno dessa Assembleia, apenas para a apuração de fato determinado será instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito.



A definição do conceito jurídico de fato determinado, à despeito de constar no § 1º, do artigo 36, exige pesquisa doutrinária, valendo destacar a lição de IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, em artigo extraído dos arquivos eletrônicos da Casa Civil do Governo Federal:

*"O mais relevante dos pontos atrás mencionados e também o mais discutido entre os constitucionalistas é o que diz respeito a expressão "fato determinado".*

*Tenho para mim que os dois vocábulos dizem exatamente o que escrito está, ou seja, somente um "fato determinado" pode ser objeto de uma CPI. Não temas genéricos como corrupção, inflação, responsabilidade governamental, política econômica etc., mas apenas um aspecto bem definido a ser apurado.*

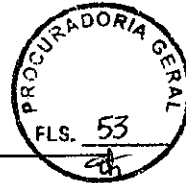
*Se um fato determinado estiver sob suspeita de irregularidade, tal ponto poderá ser investigado por uma CPI, mas apenas tal ponto. Corrupção, em geral, não pode ser objeto de CPI. Corrupção neste ou naquele órgão, a partir de clara suspeita de sua ocorrência, sim. Corrupção em muitos e variados órgãos da administração só poderá ser examinada, se forem desdobradas as CPIs em tantos quantos forem os fatos que ostentarem indícios a serem investigados.*

*O princípio constitucional é salutar. Da mesma forma que nos processos judiciais as questões submetidas a julgamento, no controle difuso, são pontuais, não se podendo num mesmo processo discutir teses variadas sobre variados e desconectados fatos, também, sabiamente, o constituinte, ao outorgar poderes de magistrado ao parlamentar, submeteu-o às regras próprias do processo investigatório judicial.*

*À evidência, um fato bem definido pode ter múltiplos desdobramentos. A investigação sobre determinado órgão governamental, certamente, acarretará reflexos em dispares aspectos da sua atuação, todos, pela inequívoca vinculação, submetidos à matriz fática de que decorreram. A apuração, todavia, por exemplo de suspeita de corrupção em dois órgãos governamentais, diversos e desvinculados em sua ação, não pode ser submetida a uma única CPI, mas a duas, pois como pretendeu, o constituinte, sua apuração conjunta só poderá prejudicar o andamento processual e procedimental das investigações. Por isto, inteligentemente, afastou a possibilidade.*

*A meu ver, com muita sabedoria –e o tempo vai demonstrando que a Constituição Brasileira tão criticada inclusive por mim no passado é mais sábia do que os doutrinadores imaginavam–, o constituinte quis ofertar aos magistrados parlamentares a mesma condição e a mesma eficiência, própria do Poder Judiciário, quando investiga, em processos judiciais, fato determinado."([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_25/artigos/Art\\_1ves.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_25/artigos/Art_1ves.htm))*

Em atendimento ao despacho de folhas 4, vieram aos autos os documentos apresentados pelo Eminentíssimo Diretor Legislativo:



- a) requerimento, ata de instalação e cópia do diário da assembleia, de 27 de fevereiro de 2003, com a publicação do ato do presidente nº 05/2003, declarando instituída a Comissão Parlamentar de Inquérito para os procedimentos de investigação das **concessões, privatizações, pedágios e contratos das rodovias estaduais e federais que cortam o Estado do Paraná;**
- b) relatório final da Comissão Especial de Investigação constituída **com o fim de apurar os motivos que determinam a composição e valores das tarifas de pedágio do Paraná e,**
- c) cópia do requerimento apresentado pelo Exmo. Deputado KIELSE, propondo **a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o Programa de Concessão de Rodovias no Paraná.**

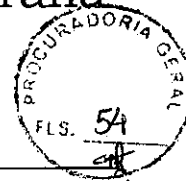
Claro está, portanto, que o espectro de abrangência do atual pedido de abertura de CPI é o mesmo daquele que já foi objeto de exaustiva investigação realizada pelas duas anteriores comissões que já se encontram encerradas e com relatórios finais arquivados.

Na primeira CPI, instalada em fevereiro de 2003, o alvo das investigações parlamentares foram **as possíveis irregularidades nos procedimentos de Concessão, Privatização, Pedágio e Contratos das rodovias estaduais e federais que cortam o Estado do Paraná**, evidentemente referentes aos fatos ocorridos a partir de quando houve o início do procedimento de concessão até a data de conclusão dos trabalhos da CPI (ano de 2003).

Já este pedido, visando a instalação de uma segunda CPI visando o mesmo assunto – pedágio – veicula **possíveis fraudes tanto nas licitações de 1997 quanto nos termos aditivos aos contratos de concessionárias de pedágio no Paraná realizados nos anos de 2000 e 2002**, bem como que as respectivas empresas concessionárias teriam auferido lucros exorbitantes e a base da ilegalidade jurídica decorrentes das mudanças que retiraram 1950 quilômetros de obras e duplicações de rodovias paranaenses.

Enquanto que o relatório final da referida CEI comprova que houve extensa investigação e tomada de posições acerca dos vários elementos que compõe o valor das tarifas de pedágio.

Embora não constem dos autos cópia do relatório final da primeira CPI, a leitura apenas da súmula do requerimento em comparação com a



justificativa apresentada para a abertura da segunda CPI já conduz à conclusão de que o objeto das mesmas é rigorosamente o mesmo.

Além das regras regimentais para o funcionamento da CPI, aplica-se de forma subsidiária as normas contidas no Código de Processo Penal, conforme expressa determinação do § único, do artigo 37, do Regimento Interno dessa Assembleia. E na ausência de regramento regimental específico acerca da reabertura ou instalação de uma segunda CPI para tratar do mesmo tema que já foi objeto de uma anterior CPI, incide na espécie a norma do art. 18, do CPP, no sentido de que:

*"Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícias."*

No presente caso, a exposição fática apresentada no protocolo de pedido de instauração da nova CPI não contém qualquer elemento que possa, primeiro, encerrar prova nova hábil a autorizar a continuidade das investigações e, em segundo lugar, inexistente o apontamento de fato determinado passível de ser investigado em sede de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Senão vejamos.

A justificativa de folhas 49, conquanto argumente com a existência de ***diversas denúncias acerca do pedágio (...) devidamente investigadas pelo Ministério Público Estadual e Federal desde então***, contendo ***extenso estudo realizado pelo parlamentar que apontam possíveis fraudes tanto nas licitações de 1997 quanto nos termos aditivos aos contratos de concessionárias de pedágio no Paraná realizados nos anos de 2000 e 2002***, não trouxe qualquer argumentação ou mesmo documentação comprobatória no sentido de que essas ***diversas denúncias*** estejam amparadas em ***outras provas*** que não foram consideradas por ocasião da anterior CPI.

A necessidade de existência de outras provas para autorizar a reabertura de investigações já arquivadas encontra-se definitivamente validada por Sumula do Supremo Tribunal Federal, ***in verbis***

**"ARQUIVADO O INQUÉRITO POLICIAL, POR DESPACHO DO JUIZ, A REQUERIMENTO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA, NÃO PODE A AÇÃO PENAL SER INICIADA, SEM NOVAS PROVAS"**

Valendo destacar ainda que, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, ***NOVAS PROVAS SÃO AQUELAS QUE PRODUZEM ALTERAÇÃO NO PANORAMA PROBATÓRIO DENTRO DO QUAL FOI CONCEBIDO E ACOLHIDO O PEDIDO DE***



**ARQUIVAMENTO, E NÃO AQUELAS, APENAS, FORMALMENTE NOVAS** (Ação Penal 15, relator Ministro BUENO DE SOUZA, DJU 05/09/2004)

Ademais, não se olvide que o pedido de instauração da CPI em tela deixou de indicar fato determinado a ser investigado, tratando-se de proposta de investigação genérica, com amplitude que não se coaduna com o campo de atuação definido no § 1º, do artigo 36, do Regimento Interno, valendo destacar novamente o conceito doutrinário delineado pelo festejado IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

*"(...) Se um fato determinado estiver sob suspeita de irregularidade, tal ponto poderá ser investigado por uma CPI, mas apenas tal ponto. Corrupção, em geral, não pode ser objeto de CPI. Corrupção neste ou naquele órgão, a partir de clara suspeita de sua ocorrência, sim. Corrupção em muitos e variados órgãos da administração só poderá ser examinada, se forem desdobradas as CPIs em tantos quantos forem os fatos que ostentarem indícios a serem investigados (...)"*

É justamente o caso do presente procedimento, que revela intenção de apurar, não um fato determinado que esteja sob suspeita de irregularidade, mas todo o **PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS NO PARANÁ**.

Desta forma, em conclusão, o presente PARECER é no sentido de ser ACOLHIDA a presente QUESTÃO DE ORDEM para o fim do Exmo. Sr. Presidente dessa Assembleia, com a autoridade concedida pelos incisos II (*fazer observar o regimento*) XXVII (resolver todas as questões de ordem), do artigo 20, do Regimento Interno, deixar de instalar a CPI objeto do requerimento de folhas 48.

CURITIBA, 14 de março de 2011.

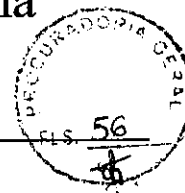
**JOSÉ RODRIGO SADE**  
Advogado



PROCURADORIA  
GERAL

# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Aníbal Khury



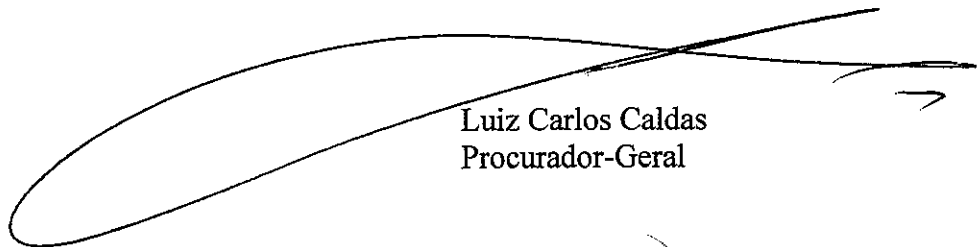
**Protocolo nº 4515/2011/ Questão de Ordem nº 003/2011**

**Interessado: Deputado Ademar Traiano**


**Assunto: Possibilidade de existência em legislatura anterior de CPI e CEI sobre "Pedágio".**

1. Aprovo o Parecer nº 141/2011, da lavra do Dr. José Rodrigo Sade;
2. Encaminhe-se à Diretoria Legislativa.

Curitiba, 14 de março de 2011



Luiz Carlos Caldas  
Procurador-Geral





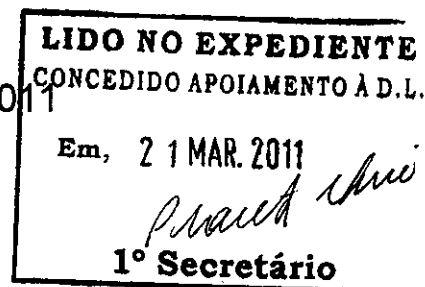


# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa



Informação nº 033-DL - 17ª Legislatura  
Assunto: Questão de Ordem nº 003/2011  
Interessados: Deputado Ademar Traiano  
Data: 15 de março de 2011



Senhor Presidente,

Encaminhamos a presente Questão de Ordem de autoria do Deputado Ademar Traiano, devidamente instruída com o Parecer nº 141/2011 da Procuradoria Geral desta Casa de Leis.

Como indicado no Parecer há o opinativo de que a questão de Ordem seja acolhida e, por decorrência, de que não se proceda a instalação da CPI resultante de requerimento de autoria do Deputado Kielse que objetiva *"investigar o processo licitatório referente à implantação do programa de concessão de rodovias no Paraná, bem como, apurar as alterações dos contratos originais e movimentações fiscais, financeiras e jurídicas realizadas pelas empresas concessionárias que exploram as rodovias do Estado através das tarifas de pedágio"*

Observe que nos termos dos art. 20, incs. XXVII e XXVIII e art. 104, § 1º, todas as questões de ordem devem ser *"resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia"* e é neste contexto que encaminho o presente feito para que Vossa Excelência, dele conhecendo possa exarar sua decisão, esclarecendo que, em

*Mauro S.*



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura - 1ª Sessão Legislativa



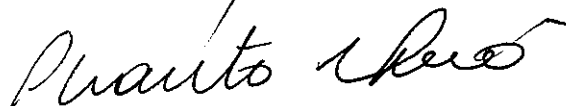
face da presente Questão de Ordem procedi ao sobrestamento do tramite do Requerimento formulado pelo Dep. Kielse que foi autuado, nesta Diretoria, sob nº 15/11.

  
Mauro Ribeiro Borges.  
Diretor Legislativo

1. Acolho o Parecer da Procuradoria Geral desta Casa e entendo como resolvida a presente Questão de Ordem no sentido de que não é possível a instalação de uma CPI destinada a apuração de fato não determinado e que já tenha sido objeto de investigação anterior.

2. Em face disso, deixo de instalar a CPI, objeto do requerimento de Aatoria do Deputado Kielse, protocolado sob o nº 4635 e autuado na Diretoria Legislativa sob nº 15/11

  
Deputado Valdir Rossoni  
Presidente

  
Mauro Ribeiro



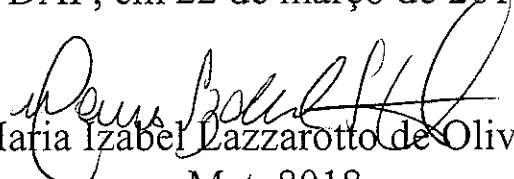
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa



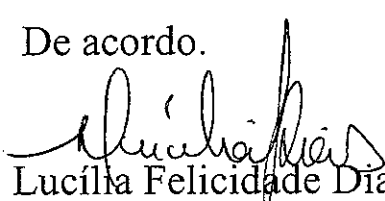
**DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO**

Encaminho à Diretoria Legislativa a Questão de Ordem nº 003/2011, lida no expediente da Sessão Ordinária de 21/03/2011, para as devidas providências.

DAP, em 22 de março de 2011.

  
Maria Izabel Lazzarotto de Oliveira  
Mat. 8018

De acordo.

  
Lucília Felicidade Dias  
Diretora de Assistência ao Plenário



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



## JUSTIFICATIVAS AO REQUERIMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) DOS PEDÁGIOS

Conforme encaminhamento a Procuradoria desta Casa de Leis, justificamos a necessidade e legalidade da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) referente ao Programa de Concessão de Rodovias no Paraná.

"Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury"

Sala das Sessões, 06 de Abril de 2011

**KIELSE**  
**DEPUTADO ESTADUAL**

### Justificativas:

1 - Ausência de impedimento legal para reabertura de Comissão de Inquérito, ademais com a renovação parlamentar desta Casa e, principalmente, com ajuntamento de novos elementos pertinentes à continuação das investigações, sendo elas denúncias apresentadas e investigadas pelo Ministério Público Estadual e Federal desde o ano de 2008.

Observa-se que o Ministério Público tem como atribuição constitucional a defesa dos princípios da administração pública.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse



As referidas solicitações estão baseadas na legislação a seguir:

Artigo 58, § 3.º, da Constituição Federal:

*As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.*

Art. 62, § 3.º, Constituição Estadual

*As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Assembléia Legislativa, serão criadas mediante requerimento de um terço dos Deputados, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilização civil e criminal dos infratores.*

Art. 36, § 1º, do Regimento Interno desta Casa:

*Considera-se **fato determinado** o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.*

2 – Investigação inédita, com profundidade, visando apoiar as medidas do Governo do Estado do Paraná através do encontro de contas e favorecendo um possível reequilíbrio econômico/financeiro da concessão.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



Conforme determina o art. 36 §1º do RI-ALEP encontramos o termo “fato determinado”, ou seja, acontecimento de interesse para a vida pública e a ordem constitucional, econômica e social.

Neste caso, se aplica a Teoria da Imprevisão, nos contratos, com o fato determinado, sendo todo acontecimento externo ao contrato, estranho à vontade das partes, que cause um desequilíbrio econômico-financeiro muito grande, tornando a execução do contrato excessivamente onerosa, além da majoração de tarifas, aplicação da cláusula *rebus sic stantibus*, gerando o dever de revisão como pressuposto a álea econômica conforme prevê a parte final do art. 65, II, “d” da Lei nº 8.666/93.

3 – Ausência de relatório final da CPI realizada no ano de 2003, não tendo obtido êxito no levantamento dos dados necessários para um relatório real dos fatos.

Conclui-se que, o arquivamento baseado em mera valoração, onde não se tem o relatório final dos fatos demonstrados na CPI, logicamente não tem cabimento se exigir notícia ou mesmo a demonstração de novas provas. Neste caso, o arquivamento não se deu por insuficiência do conjunto probatório, na feliz expressão de Eduardo Couture<sup>i</sup>

4 - Encerramento prematuro da Comissão Especial de Investigação (CEI), realizada em 2007 nesta Casa, sem a coleta de dados e informações suficientes para o esclarecimento total do Programa de Concessão de Rodovias no Paraná, sendo determinante sua falta de prerrogativas para convocar os envolvidos no caso.

5 – Determinação contida no Relatório da Comissão Especial de Investigação (CEI), na qual afirma em seu relatório que a Assembléia comporta-se como um órgão intermediador que promove democracia, a ética, a dignidade, o respeito e a transparência.

A Comissão Parlamentar de Inquérito é um organismo de investigação e apuração de denúncias que visa proteger os interesses da coletividade (da população brasileira).



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



A CPI é uma investigação conduzida pelo Poder Legislativo (Câmara de Deputados Federais e Estaduais ou Vereadores), que transforma a própria Câmara Parlamentar em uma comissão, que é nomeada pelos membros da Câmara, sendo assim, a comissão vai agir em nome da instituição, realizando um inquérito ou uma investigação. Concluída, a CPI aponta ou não os culpados e suas penas.

A CPI possui acesso ao funcionamento da máquina burocrática, analisa a gestão do bem público e toma medidas necessárias para sua correção e punição dos culpados, caso algo esteja realmente errado elas estão previstas na Constituição Brasileira desde 1946.

6 - Necessidade de elucidação das alterações dos termos originais dos contratos do Programa de Concessão de Rodovias no Paraná, assinados em 2000 e 2002, nunca alcançados em sua plenitude por esta Casa de Leis e que retiraram cerca de R\$ 3 bilhões (TRÊS BILHÕES DE REAIS) em obras essenciais para a segurança e dinâmica do transporte no Estado.

7 – Demonstração que a licitação original oferecia para conservação 4.763 km e, sem explicação, foram aceitos com tarifa cheia e com total apenas de 2.493 km, isto é, retiravam 2.290 km, de estradas vicinais para conservação.

Exemplos: Contorno de Ponta Grossa (12,84 km de pista dupla, excluído do contrato pelo termo aditivo de 2000, no valor total de aproximadamente R\$ 160.000.000,00) e duplicação do trecho Campo Mourão-Cascavel (reduzida de 163,43 km para 77,30 km no valor total aproximado de R\$ 110.000.00,00)

8 – Tema ligado à defesa direta do patrimônio público, tendo esta Casa de Leis o papel regimental e constitucional de proteger os nossos cidadãos paranaenses.

Como consectário do princípio da representação popular, já que é na Casa Legislativa que se encontram os representantes do Povo, que, em última análise, é o titular dos interesses do Estado, nos regimes que adotam a forma de governo republicana.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



A fiscalização parlamentar pode ser exercida sob dois aspectos: financeiro-orçamentário; político-administrativo.

A atividade fiscalizadora do Legislativo, o Poder Legislativo não esgota sua função no trabalho de feitura das normas jurídicas. Compete-lhe também controlar e fiscalizar os atos do Poder Executivo e, se for necessário, utilizar certos instrumentos para levar a termo essa incumbência. O controle externo que o Legislativo exerce sobre o Executivo é de natureza política e está consagrado explicitamente no art. 71 da Constituição Federal e no art. 76 da Carta mineira. Para o melhor desempenho dessa atividade fiscalizadora, o Congresso Nacional e os demais órgãos equivalentes nos Estados e Municípios poderão contar com o auxílio dos respectivos Tribunais de Contas. Entre os institutos que o Constituinte colocou à disposição do Legislativo para garantir um controle eficiente da administração pública, destacam-se as Comissões Parlamentares de Inquérito, instituto de origem britânica que remonta ao século XVII, o qual está previsto no § 3º do art. 58 da vigente Constituição da República.

9 – Necessidade absoluta de recomposição da estrutura original dos contratos através da via judicial, baseando-se na Constituição Federal e nos artigos 90, 92 e 96 da Lei de Licitações.

10 – Presença de mais de 487 km retirados da licitação original que deveriam ser duplicados trechos mais perigosos e mais caros.

11 – Retirada de mais de 50 intercessões e 60 obras de desvios e contornos sem justificativas em rodovias no Paraná.

12 – Indícios da presença de desequilíbrios econômico-financeiros das empresas concessionárias, contendo desvios ilegais no cumprimento deste serviço aos paranaenses em obras e ações diretos de restauração e novas duplicações.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse



13 – Necessidade de demonstração de lisura do processo licitatório de 1997, através de levantamento de informações acerca das empresas que participaram da licitação.

14 – Número progressivo de mortes ocorridas nas estradas de responsabilidade das concessionárias, com crescimento de até 300%, sendo que 86% das mortes nas rodovias do Anel de Integração do Estado ocorreram em trechos não-duplicados, a maior parte inclusos na licitação original.

15 – Aumento de cerca de 200% no número de acidentes automobilísticos que, segundo informações do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR), ocorrem principalmente em rodovias não-duplicadas e trazem inúmeros prejuízos físicos e materiais aos filhos do Paraná.

16 – Necessidade de proporcionar o acesso público dos dados referentes ao Programa de Concessão de Rodovias no Paraná, sendo compatíveis com o sistema de transparência em sociedades e Parcerias Público-Privadas (PPP's) e entregando à população serviços de qualidade durante o longo período.

17 – Necessidade de esclarecimento dos valores reais de arrecadação das empresas concessionárias de pedágio, bem como cronograma exato de obras, demonstrando a verdadeira diferença entre valores arrecadados e investidos nas rodovias do Paraná, amparados pelo Art. 62, Inciso VI, da Constituição Estadual.

*Apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.*

18 – Demonstração de arrecadação, através de tabelas oficiais, de R\$ 18.000.000.000,00 (dezoito bilhões de reais) e menos de 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais) em investimentos por parte das concessionárias de pedágios.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



19 – Índícios de distribuição de lucro a partir de 2005 entre as sócias sem resguardo para execução de obras prevista em licitação.

20 – Comparação realizada entre o Programa de Concessão de Pedágios no Paraná e a licitação federal realizada pelas rodovias entre Rio Grande do Sul e Bahia, identificando um diferencial que chega a **diferença de 800%** num comparativo com as taxas executadas no Paraná.

A planilha de formação da tarifa, assim, é o plano econômico-financeiro da concessão, analisada sob a ótica da viabilidade do empreendimento à exploração privada.

A estrutura tarifária é baseada em três premissas:

Categoria da Rodovia em função do conforto, segurança e confiabilidade que ela oferece. A determinação da tarifa leva em conta o número de pistas e o maior custo de implantação das rodovias com mais de uma pista bem como o maior custo de implantação de pontes, dispositivos de retorno e dispositivos de acesso com passagem superior, conforme tabela a seguir:

| Categoria da Rodovia | Característica da maior parte da extensão da diretriz – Padrão Físico da Rodovia | Pista por sentido |
|----------------------|--|-------------------|
| R1                   | Pista dupla com canteiro central ou sistema rodoviário                           | Mais de 2         |
| R2                   | Pista dupla com canteiro central, barreira física ou visual                      | Até 2             |
| R3                   | Pista simples  | 1 ou mais         |

Categoria do veículo em função do desgaste e do custo de implantação que sua passagem determina e ocupação longitudinal da faixa de rolamento. A determinação da tarifa leva em conta principalmente a diferenciação entre veículos de passeio (leves) e veículos de carga (pesado), conforme tabela a seguir:



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse



| Categoria | Tipo de Veículo  | N.º de Eixos | Rodagem | Multiplicador da Tarifa |
|-----------|--|--------------|---------|-------------------------|
| 1         | Automóvel, caminhonete, furgão                             | 2            | Simplex | 1                       |
| 2         | Caminhão leve, Ônibus, Caminhão trator e furgão            | 2            | Dupla   | 2                       |
| 3         | Caminhão Trator, Caminhão trator com semi-reboque e Ônibus | 3            | Dupla   | 3                       |
| 4         | Caminhão com reboque, caminhão trator com semi-reboque     | 4            | Dupla   | 4                       |
| 5         | Caminhão com reboque, caminhão trator com semi-reboque     | 5            | Dupla   | 5                       |
| 6         | Caminhão com reboque, caminhão trator com semi-reboque     | 6            | Dupla   | 6                       |
| 7         | Automóvel ou caminhonete com semi-reboque                  | 3            | Dupla   | 1,5                     |
| 8         | Automóvel ou caminhonete com reboque                       | 4            | Simplex | 2                       |
| -         | Motocicleta, motoneta e bicicleta a motor (isento)         | 0            | Simplex | 0                       |

Distância por quilômetro utilizado ou colocado a sua disposição, representado pelo chamado TCP (Trecho de Cobertura do Pedágio), definido nos editais, para cada uma das praças. Assim, o Programa de Concessões é formatado de modo que o pedágio seja cobrado proporcionalmente ao uso da rodovia, operacionalizando de forma que o usuário pague pelo quilometro rodado, mantendo-se a diferenciação por veículo.

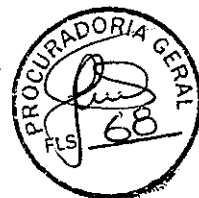
**21** – Taxa Interna de Retorno (TIR). No projeto original, as concessionárias teriam a possibilidade máxima de 18% de rentabilidade líquida, ao contrário dos quase 80% em que chegam algumas empresas, caracterizando lucro abusivo.

**22** – Indício de rateio e divisão dos lucros por parte destas concessionárias, previsto a partir das duplicações de rodovias estipuladas através de prazos e que ainda não ocorreram.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



23 – Aspectos Tributários: A Lei Federal Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 1999 estendeu a incidência do I.S.S.Q.N. sobre as atividades de arrecadação de pedágio. a incidência do tributo deverá ser tratada no âmbito da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

## COMENTÁRIOS SOBRE ASPECTOS TRIBUTÁRIOS RELATIVOS A TARIFAS DE PEDÁGIO

As questões tributárias são estabelecidas pelo Código Tributário Nacional.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu Título III – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO, Capítulo I, Art. 18 estabelece:

“Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”

Ser autônomo significa que a União não pode cobrar impostos dos Estados e dos Municípios, e vice versa. E isto foi respeitado no Código Tributário Nacional, como não poderia deixar de ser.

Assim, o Código Tributário Nacional diz em seu Título II – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA, Capítulo II – LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA, Seção I – DISPOSIÇÕES GERAIS, Artigo 9º, o seguinte:

“Art. 9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

IV – cobrar imposto sobre:

o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.”

E em seguida, na Seção II – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS, Artigo 12, diz o Código Tributário Nacional:

“Art. 12 O disposto na alínea a do inciso IV do art. 9º, observado o disposto nos seus §§ 1.º e 2º, é extensivo às autarquias criadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, ou pelos Municípios, tão somente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes.”

Eis a importância deste artigo 12: ele estende a isenção tributária do Estado às autarquias.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



O DER – (órgão da Administração Indireta, na forma de autarquia), Departamento de Estrada de Rodagem é uma autarquia do Estado do PARANÁ, sendo isento do pagamento de qualquer tipo de imposto sobre a receita por ser uma autarquia do Estado do Paraná.

Com a retomada da praça de pedágio pela autarquia DER, que irá administrar as rodovias, a tarifa de pedágio irá mudar, tendo assim valor menor do que atual, por exemplo, conceder benefícios as tarifas dos caminhões a população em geral.

A questão pode ser resumida: se a administração da Rodovia é feita por uma autarquia como o DER, as receitas são totalmente isentas de impostos federais e municipais. Se a administração da Rodovia é feita por uma sociedade anônima, ou qualquer uma das concessionárias privadas atuais, há incidência de impostos federais e municipais sobre as tarifas. E estes impostos são pesadíssimos.

Ao mesmo tempo, exige-se a aplicação urgente da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) na recuperação das vias que compõem os modais de transporte brasileiro.

A CIDE é o imposto embutido no preço da gasolina, instituída pelo governo federal, em 2002, com o objetivo de recuperar a malha rodoviária e deixar de lado a cobrança de pedágio. Mas o dinheiro arrecadado cerca de R\$ 60.000.000.000,00 (60 bilhões de reais), em valores atualizados até fevereiro de 2010, está sendo gasto no pagamento da dívida externa, entre outras funções que não a infra-estrutura rodoviária. Portanto, os usuários de todos os modais de transporte pagam por um serviço não efetuado, haja vista que o custo da recuperação total das rodovias custa em torno de oito bilhões de reais.

**24 –** Desestímulo da produção por parte de pequenos produtores, cientes dos custos de transporte de seus produtos pelas rodovias pedagiadas do Estado.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



- 25 – Aumento de mais de 300% no volume de veículos no Paraná entre 1997 e 2011, tornando necessárias as obras de duplicação em diversos trechos destas rodovias.
- 26 – Desistência de instalação de centenas de indústrias no interior do Estado relacionada a dificuldade de instalação e competitividade decorrentes do alto preço dos pedágios e da falta de obras e duplicações nas rodovias concessionadas.
- 27 – Perda de competitividade do Estado do Paraná diante de outras unidades da Federação brasileiras, resultado de tarifas abusivas do pedágio.
- 28 – Atrasos na entrega de mercadorias e prestação de serviços em todo o Estado em razão do tráfego lento existente em rodovias não-duplicadas pelas empresas concessionárias.
- 29 – Dificuldade de deslocamento da safra agrícola do Paraná, criando problemas econômicos para as regiões dependentes desta atividade.
- 30 – Indícios de irregularidade na prestação de contas quanto a investimentos e obras, bem como obras em execução e já executadas com valores acima do realizado no mercado comum.
- 31 – Dificuldade de trafegabilidade causada pelos novos sistemas de transporte existentes, visto que hoje são autorizados veículos mais longos (bitrem e tremião), os quais propiciam uma dinâmica de mudança de mercado.
- 32 – Manutenção precária e retirada, já há anos, de equipamentos e objetos de segurança utilizados nas estradas, como olhos-de-gato.
- 33 – Falta de pintura e sinalização vertical em centenas de pontos nas rodovias, causando acidentes com vítimas fatais.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



34 – Localização equivocada de praças de pedágio, isolando moradores que necessitam deslocar-se diariamente por curtos trajetos.

35 – A cobrança de pedágio causa um desarranjo econômico nas localidades, dificulta a competitividade e gera desemprego nas localidades em que é feita. Promove também barreiras nos relacionamentos humanos e sociais das comunidades. Considerando;

35.1. Que as rodovias municipais, estaduais e federais brasileiras são partes constitutivas do patrimônio público construídas ao longo das últimas décadas.

35.2. Que as rodovias existentes já estão pagas por meio de cobrança compulsória de impostos.

35.3. Que as rodovias municipais, estaduais e federais são imprescindíveis ao processo de desenvolvimento e à geração de riquezas nacionais.

35.4. Que o direito inalienável dos cidadãos de ir e vir previsto na Constituição Federal.

35.5. Que a inexistência de rotas rodoviárias públicas alternativas e de qualidade.

35.6. Que a necessidade cotidiana de os usuários se locomoverem.

35.7. Que o direito de os produtores rurais e industriais escoarem seus produtos.

35.8. Que a produção com menos ônus e taxas é sinônimo de mais renda e emprego à população.

35.9. Que as comunidades que residem próximas às barreiras (praças de pedágio).

35.10. Que as pessoas que precisam trabalhar e estudar e interagir com outras de suas relações sociais.

35.11. Que a necessidade política de romper com o “apartheid” que as barreiras criaram para essas comunidades.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



35.12. Que o desarranjo econômico e social nas áreas em que estão presentes as barreiras.

*"Acredito que um dos resultados dessa CPI gerará uma série de recomendações, eventualmente até de determinações da Assembléia Legislativa. Portanto, acredito que essa CPI caminhará no sentido de aperfeiçoar o processo, eventualmente corrigindo falhas do passado e construindo um modelo mais aperfeiçoado para o futuro."*

É primordial que se respeite o princípio da legalidade previsto na Carta Magna conforme o artigo 58, § 3.º; além de legislação infraconstitucional, tais como Art. 62, § 3.º, da Constituição Estadual; Art. 36, § 1º, do Regimento Interno desta Casa; combinados com a Lei de Licitações nº 8.666/1993.

Desta forma, baseando-se nos novos motivos mais do que JUSTIFICADOS neste documento, **solicito** a análise para implantação, o mais rápido possível, desta Comissão e seus devidos encaminhamentos.

Agradeço,

"Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury"

Sala das Sessões, 06 de Abril de 2011

**KIELSE**  
**DEPUTADO ESTADUAL**





**Informação: 195/2011 - PG.**

**Assunto: Justificativas ao Requerimento Para Implantação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pedágios**

**Interessado: Deputado KIELSE**

Senhor Procurador-Geral:

O interessado apresenta manifestação indicando razões e fatos objetivos tendentes ao convencimento de necessidade de abertura da referida CPI.

Na questão de ordem nº 3/2011 foi exarado o parecer nº 141/2011, da Procuradoria-Geral, ao final acolhido pelo Presidente desta Assembleia para indeferir o pedido de abertura da referida CPI. Naquela oportunidade restou reconhecido que o pedido de abertura carecia de elementos concretos, fatos objetivos e novas provas que justificassem a abertura de uma nova CPI com objeto idêntico a uma anterior já encerrada.

Vale transcrever o que restou anotado no referido parecer:

*“(...) Além das regras regimentais para o funcionamento da CPI, aplica-se de forma subsidiária as normas contidas no Código de Processo Penal, conforme expressa determinação do § único, do artigo 37, do Regimento Interno dessa Assembleia. E na ausência de regramento regimental específico acerca da reabertura ou instalação de uma segunda CPI para tratar do mesmo tema que já foi objeto de uma anterior CPI, incide na espécie a norma do art. 18, do CPP, no sentido de que:*

*“Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícias.”*

*No presente caso, a exposição fática apresentada no protocolo de pedido de instauração da nova CPI não contém qualquer elemento que possa, primeiro, encerrar prova nova hábil a autorizar a continuidade das investigações e, em segundo lugar, inexistente o apontamento de fato determinado passível de ser investigado em sede de Comissão Parlamentar de Inquérito.*

*Senão vejamos.*



*A justificativa de folhas 49, conquanto argumente com a existência de diversas denúncias acerca do pedágio (...) devidamente investigadas pelo Ministério Público Estadual e Federal desde então, contendo extenso estudo realizado pelo parlamentar que apontam possíveis fraudes tanto nas licitações de 1997 quanto nos termos aditivos aos contratos de concessionárias de pedágio no Paraná realizados nos anos de 2000 e 2002, não trouxe qualquer argumentação ou mesmo documentação comprobatória no sentido de que essas diversas denúncias estejam amparadas em outras provas que não foram consideradas por ocasião da anterior CPI.*

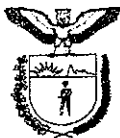
*A necessidade de existência de outras provas para autorizar a reabertura de investigações já arquivadas encontra-se definitivamente validada por Sumula do Supremo Tribunal Federal, in verbis*

**"ARQUIVADO O INQUÉRITO POLICIAL, POR DESPACHO DO JUIZ, A REQUERIMENTO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA, NÃO PODE A AÇÃO PENAL SER INICIADA, SEM NOVAS PROVAS"**

*Valendo destacar ainda que, segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, NOVAS PROVAS SÃO AQUELAS QUE PRODUZEM ALTERAÇÃO NO PANORAMA PROBATÓRIO DENTRO DO QUAL FOI CONCEBIDO E ACOLHIDO O PEDIDO DE ARQUIVAMENTO, E NÃO AQUELAS, APENAS, FORMALMENTE NOVAS (Ação Penal 15, relator Ministro BUENO DE SOUZA, DJU 05/09/2004)*

*Ademais, não se olvide que o pedido de instauração da CPI em tela deixou de indicar fato determinado a ser investigado, tratando-se de proposta de investigação genérica, com amplitude que não se coaduna com o campo de atuação definido no § 1º, do artigo 36, do Regimento Interno, valendo destacar novamente o conceito doutrinário delineado pelo festejado IVES GANDRA DA SILVA MARTINS*

*"(...) Se um fato determinado estiver sob suspeita de irregularidade, tal ponto poderá ser investigado por uma CPI, mas apenas tal ponto. Corrupção, em geral, não pode ser objeto de CPI. Corrupção neste ou naquele órgão, a partir de clara suspeita de sua ocorrência, sim. Corrupção em muitos e variados órgãos da administração só poderá ser examinada, se forem desdobradas as CPIs em tantos quantos forem os fatos que ostentarem indícios a serem investigados (...)"*



*É justamente o caso do presente procedimento, que revela intenção de apurar, não um fato determinado que esteja sob suspeita de irregularidade, mas todo o PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS NO PARANÁ. (...)”*

Na presente oportunidade, no entanto, o interessado logrou indicar diversos fatos determinados, dentre os quais se destacam os seguintes:

- a) Nova composição da ALEP, com elevada mudança de seus Deputados;
- b) Ausência de relatório final na anterior CPI de 2003;
- c) Indícios de presença de desequilíbrios econômico-financeiros das empresas concessionárias;
- d) Demonstração de baixo índice de investimento frente ao alto montante arrecadado;
- e) Alto índice da TIR (taxa interna de retorno);
- f) Alteração dos termos originais dos contratos, com exclusão de obras essenciais;
- g) Diminuição do número total de quilômetros de estradas submetidos à conservação pelas concessionárias;
- h) Diminuição dos trechos que deveriam ser duplicados;
- i) Indícios de prematura distribuição de lucros, sem resguardo para enfrentar os investimentos contratados;
- j) Necessidade de explicações acerca da prestação de contas;

Assim, em se considerando tais fatos como sendo de relevância para a vida pública e a ordem legal, econômica e social do Estado, nos termos do artigo 36, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, a presente INFORMAÇÃO é, à juízo da Presidência da Assembleia Legislativa do Paraná, pela possibilidade de deferimento do pedido apresentado pelo interessado, no sentido de autorizar a abertura da pretendida Comissão Parlamentar de Inquérito.

Curitiba 17 de maio de 2011.

**JOSÉ RODRIGO SADE**  
**OAB/Pr nº 29.038**

Protocolo nº 4515/2011/ Questão de Ordem nº 003/2011

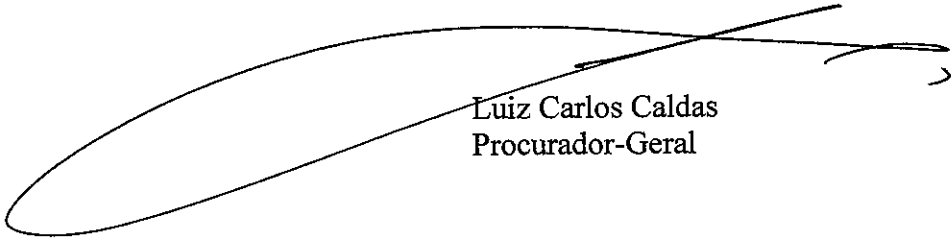
Interessado: Deputado Ademar Traiano

Deputado Kielse

Assunto: Deputado Kielse apresenta justificativa para reabertura de CPI sobre  
"Pedágio".

1. De acordo com a Informação nº 195/2011;
2. Encaminhe-se à Presidência.

Curitiba, 19 de maio de 2011



Luiz Carlos Caldas  
Procurador-Geral



# PODER LEGISLATIVO



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

|              |                         |      |      |          |
|--------------|-------------------------|------|------|----------|
| PROTOCOLO Nº | 17008                   | 2011 | DATA | 20/09/11 |
|              |                         |      |      |          |
| INTERESSADO: | DEPUTADO CLEITON KIELSE |      |      |          |
|              |                         |      |      |          |
|              |                         |      |      |          |
| ASSUNTO:     | ABERTURA DE CPI         |      |      |          |

*Berilo Casper*

COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



Ofício nº. 91A/2011

Curitiba-PR, 19 de Setembro de 2011

Mui Digno Presidente desta Colenda Casa Legislativa,  
venho, respeitosamente, por intermédio deste, **INFORMAR E REQUERER:**

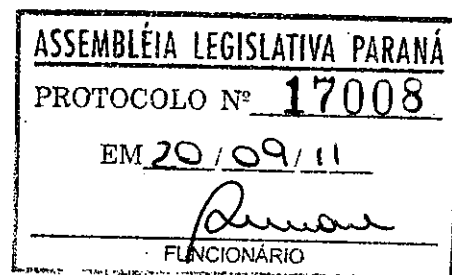
Encaminho a esta renomada Casa de Leis, conforme acordo firmado entre as lideranças, o **pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pedágios no Estado do Paraná.**

Vossa Excelência segue em anexo o parecer favorável para a instalação da CPI dos Pedágios pela Procuradoria Geral desta casa, bem como a assinatura dos 29 Deputados no Projeto de Resolução para a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o Programa de Concessão de Rodovias no Paraná.

Com o devido respeito e na certeza de merecer de Vossa Excelência especial atenção, aproveito da oportunidade para reiterar os meus protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente  
Nestes Termos  
P. Deferimento

KIELSE  
DEPUTADO ESTADUAL/PR



Excelentíssimo Senhor  
**VALDIR ROSSONI**

M.D. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.  
Nesta Capital.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Aníbal Khury

Procuradoria Geral

3  
[CÓPIA]

Informação: 195/2011 - PG.

Assunto: Justificativas ao Requerimento Para Implantação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Pedágios

Interessado: Deputado KIELSE

Senhor Procurador-Geral:

O interessado apresenta manifestação indicando razões e fatos objetivos tendentes ao convencimento de necessidade de abertura da referida CPI.

Na questão de ordem nº 3/2011 foi exarado o parecer nº 141/2011, da Procuradoria-Geral, ao final acolhido pelo Presidente desta Assembleia para indeferir o pedido de abertura da referida CPI. Naquela oportunidade restou reconhecido que o pedido de abertura carecia de elementos concretos, fatos objetivos e novas provas que justificassem a abertura de uma nova CPI com objeto idêntico a uma anterior já encerrada.

Vaie transcrever o que restou anotado no referido parecer:

*"(...) Além das regras regimentais para o funcionamento da CPI, aplica-se de forma subsidiária as normas contidas no Código de Processo Penal, conforme expressa determinação do § único, do artigo 37, do Regimento Interno dessa Assembleia. E na ausência de regramento regimental específico acerca da reabertura ou instalação de uma segunda CPI para tratar do mesmo tema que já foi objeto de uma anterior CPI, incide na espécie a norma do art. 18, do CPP, no sentido de que:*

*"Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícias."*

*No presente caso, a exposição fática apresentada no protocolo de pedido de instauração da nova CPI não contém qualquer elemento que possa, primeiro, encerrar prova nova hábil a autorizar a continuidade das investigações e, em segundo lugar, inexistir o apontamento de fato determinado passível de ser investigado em sede de Comissão Parlamentar de Inquérito.*

*Senão vejamos.*



Procuradoria Geral

*A justificativa de folhas 49, conquanto argumente com a existência de diversas denúncias acerca do pedágio (...) devidamente investigadas pelo Ministério Público Estadual e Federal desde então, contendo extenso estudo realizado pelo parlamentar que apontam possíveis fraudes tanto nas licitações de 1997 quanto nos termos aditivos aos contratos de concessionárias de pedágio no Paraná realizados nos anos de 2000 e 2002, não trouxe qualquer argumentação ou mesmo documentação comprobatória no sentido de que essas diversas denúncias estejam amparadas em outras provas que não foram consideradas por ocasião da anterior CPI.*

*A necessidade de existência de outras provas para autorizar a reabertura de investigações já arquivadas encontra-se definitivamente validada por Sumula do Supremo Tribunal Federal, in verbis*

*"ARQUIVADO O INQUÉRITO POLICIAL, POR DESPACHO DO JUIZ, A REQUERIMENTO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA, NÃO PODE A AÇÃO PENAL SER INICIADA, SEM NOVAS PROVAS"*

*Valendo destacar ainda que, segundo a jurisprudência da Superior Tribunal de Justiça, NOVAS PROVAS SÃO AQUELAS QUE PRODUZEM ALTERAÇÃO NO PANORAMA PROBATÓRIO DENTRO DO QUAL FOI CONCEBIDO E ACOLHIDO O PEDIDO DE ARQUIVAMENTO, E NÃO AQUELAS, APENAS, FORMALMENTE NOVAS (Ação Penal 15, relator Ministro BUENO DE SOUZA, DJU 05/09/2004)*

*Ademais, não se olvide que o pedido de instauração da CPI em tela deixou de indicar fato determinado a ser investigado, tratando-se de proposta de investigação genérica, com amplitude que não se coaduna com o campo de atuação definido no § 1º, do artigo 36, do Regimento Interno, valendo destacar novamente o conceito doutrinário delineado pelo festejado IVES GANDRA DA SILVA MARTINS*

*"(...) Se um fato determinado estiver sob suspeita de irregularidade, tal ponto poderá ser investigado por uma CPI, mas apenas tal ponto. Corrupção, em geral, não pode ser objeto de CPI. Corrupção neste ou naquele órgão, a partir de clara suspeita de sua ocorrência, sim. Corrupção em muitos e variados órgãos da administração só poderá ser examinada, se forem desdobradas as CPIs em tantos quantos forem os fatos que ostentarem indícios a serem investigados (...)"*





Procuradoria Geral

*É justamente o caso do presente procedimento, que revela intenção de apurar, não um fato determinado que esteja sob suspeita de irregularidade, mas todo o PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS NO PARANÁ (...)"*

Na presente oportunidade, no entanto, o interessado logrou indicar diversos fatos determinados, dentre os quais se destacam os seguintes:

- a) Nova composição da ALEP, com elevada mudança de seus Deputados;
- b) Ausência de relatório final na anterior CPI de 2003;
- c) Indícios de presença de desequilíbrios econômico-financeiros das empresas concessionárias;
- d) Demonstração de baixo índice de investimento frente ao alto montante arrecadado;
- e) Alto índice da TIR (taxa interna de retorno);
- f) Alteração dos termos originais dos contratos, com exclusão de obras essenciais;
- g) Diminuição do número total de quilômetros de estradas submetidos à conservação pelas concessionárias;
- h) Diminuição dos trechos que deveriam ser duplicados;
- i) Indícios de prematura distribuição de lucros, sem resguardo para enfrentar os investimentos contratados;
- j) Necessidade de explicações acerca da prestação de contas;

Assim, em se considerando tais fatos como sendo de relevância para a vida pública e a ordem legal, econômica e social do Estado, nos termos do artigo 36, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, a presente **INFORMAÇÃO** é, à juízo da Presidência da Assembleia Legislativa do Paraná, pela possibilidade de deferimento do pedido apresentado pelo interessado, no sentido de autorizar a abertura da pretendida Comissão Parlamentar de Inquérito.

Curitiba 17 de maio de 2011.

**JOSÉ RODRIGO SADE**  
OAB/Pr nº 29.038



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Centro Legislativo Aníbal Khury



Protocolo nº 4515/2011/ Questão de Ordem nº 003/2011

Interessado: Deputado Ademar Traiano

Deputado Kiesel

Assunto: Deputado Kiesel apresenta justificativa para reabertura de CPI sobre "Pedágio".

1. De acordo com a Informação nº 195/2011;
2. Encaminhe-se à Presidência.

Curitiba, 19 de maio de 2011

Luiz Carlos Caldas  
Procurador-Geral



## GUIA DE TRÂNSITO DE PROCESSOS E PAPÉIS

DE

DE  
Procuradora Geral

PARA

Presidencia

### Protocolos Nº

### Requerentes

| EXP. POR           | DATA     | REC. POR | DATA     |
|--------------------|----------|----------|----------|
| <i>[Signature]</i> | 20-05-11 | Barbara  | 20-05-11 |



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse

8  
Kielse

6<sup>1</sup>

## PROJETO DE RESOLUÇÃO

**SÚMULA:** REQUER a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o Programa de Concessão de Rodovias no Paraná.

Art. 1º - Cria no âmbito do Poder Legislativo, nos termos dos artigos 36, § 4º e 121, § 2º, iii, do Regimento Interno, Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 07 (sete) membros e com prazo de duração de 120 dias, para investigar o processo licitatório referente à implantação do PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS NO PARANÁ, bem como apurar as alterações nos contratos originais e movimentações fiscais, financeiras e jurídicas realizadas pelas empresas concessionárias que exploram as rodovias do Estado através das tarifas de pedágio.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22 de Fevereiro de 2011.

KIELSE  
Deputado Estadual

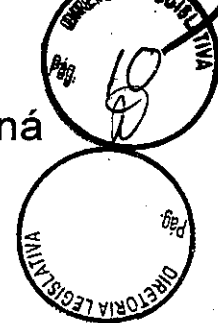
PROT. N.º 17008-11



PÁGINA EM BRANCO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
17ª Legislatura – 1ª Seção Legislativa



DO NO EXPEDIENTE

DECRETADO APOIAMENTO À D.L.

Em 03 OUT 2011

1º Secretário

**Informação nº: 157/2011-DL**

Curitiba, 28 de setembro de 2011.

Senhor Presidente,

Diante da “Questão de Ordem” suscitada pelo Deputado Nereu Moura, na Sessão do último dia 20 de setembro, relativa ao encaminhamento da proposição de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, pela qual se pretende *“investigar o processo licitatório referente a implantação do PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS NO PARANÁ”*, nos valem do presente para, no intuito de orientar a decisão a ser tomada por Vossa Excelência, esclarecer o quanto se segue:

1. A proposição de instalação da CPI foi objeto de “Questão de Ordem” suscitada, na ocasião, pelo Deputado Ademar Traiano. Com isso, houve o sobrestamento do trâmite de instalação da CPI até que houvesse decisão quanto ao suscitado pelo Deputado Ademar Traiano;

2. A “Questão de Ordem” formulada pelo Deputado Ademar Traiano, foi objeto de análise pela Procuradoria desta Casa, que exarou o Parecer nº 141/2011;

3. Em face do contido no Parecer da Procuradoria e na Informação nº 033 da Diretoria Legislativa, essa Presidência **exarou Despacho resolvendo** aquela “Questão de Ordem”.

No referido despacho houve o acolhimento do Parecer da Procuradoria, segundo o qual a Proposição de CPI **não indicava fato**

15409 03/10/2011 007600 007 15409 03/10/2011 007600 007

**determinado a apurar e, portanto, não seria possível a sua instalação.** Esta foi a decisão dessa Presidência devidamente informada ao Plenário na Sessão do dia 21 de março;

4. Na ocasião, vários parlamentares se manifestaram no sentido de que houvesse um “reestudo” da questão, motivo pelo qual, essa Presidência orientou no sentido de que o Parecer da Procuradoria fosse disponibilizado aos parlamentares interessados, para que, a partir dele, **pudesse ser formalizado eventual Recurso ao Plenário, uma vez que, apenas por este meio, a questão poderia ser revista;**

5. Após a ciência da decisão quanto a “Questão de Ordem” suscitada pelo Deputado Ademar Traiano, **o Deputado Cleiton Kielse apresentou, junto à Procuradoria da Casa, documento por meio do qual expôs “Justificativas ao Requerimento para implantação da CPI dos Pedágios”.** Estas justificativas foram objeto de apreciação pela Procuradoria que exarou a Informação nº 195/2011. Nela destacou que “o interessado”- Dep. Kielse - “logrou indicar diversos fatos determinados” e que, em face disso, “à juízo da Presidência” poderia haver o “deferimento do pedido apresentado pelo interessado, no sentido de autorizar a abertura da pretendida Comissão Parlamentar de Inquérito”;

6. A par desses fatos, o Deputado Cleiton Kielse formulou novo requerimento dirigido a Vossa Excelência requerendo a instalação da CPI, daí surgindo a “Questão de Ordem” suscitada pelo Deputado Nereu Moura.

Feitos estes esclarecimentos devemos observar que:



a) a **decisão** sobre a “Questão de Ordem” formulada pelo Deputado Traiano **se tornou definitiva**, isso porque **não houve, em face dela, a interposição do regular recurso ao Plenário;**

b) as “Justificativas” apresentadas, pelo Deputado Cleiton Kielse, diretamente à Procuradoria não podem ser consideradas, regimentalmente, como instrumento apropriado para a modificação da decisão de uma “Questão de Ordem” apresentada em Plenário, isso porque: (i) uma decisão em “Questão de Ordem” só pode ser modificada por meio de Recurso ao Plenário e este deve ser apresentado em Plenário, não sendo admissível sua apresentação junto a Procuradoria da Casa; e (ii) as “Justificativas” apresentadas pelo Deputado Cleiton Kielse, como bem apanhado na “Questão de Ordem” suscitada pelo Deputado Nereu Moura, compõem um documento produzido unilateralmente pelo proponente, não contando, portanto, com o regular e devido apoio regimental.

Assim, sem considerarmos, ainda, o fato de que já houve duas Comissões Especiais tratando do tema, há que se concluir, como já referido anteriormente, que **regimentalmente não é possível a instalação da CPI** requerida pelo Deputado Cleiton Kielse, uma vez que a decisão exarada pela Presidência, em 21 de março último, não foi objeto do devido e adequado Recurso, **tornando-se definitiva.**

Com estas informações, remetemos a Questão de Ordem à apreciação do Senhor Presidente.

  
**Mauro Ribeiro Borges**  
Diretor Legislativo





Curitiba, 04 de outubro de 2011.

Senhor Deputado:

A  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
PARA PROVIDÊNCIAS.  
Em 04 OUT. 2011

SECRETÁRIO

Os Deputados abaixo relacionados solicitam de Vossa Excelência, a retirada de suas assinaturas da CPI dos Pedágios.

Sendo o que se apresenta para o momento.

NEY LEPREVOST  
Deputado Estadual

STEPHANES JUNIOR  
Deputado Estadual

Ao Deputado Cleiton Kielse  
Nesta Casa



Presidência

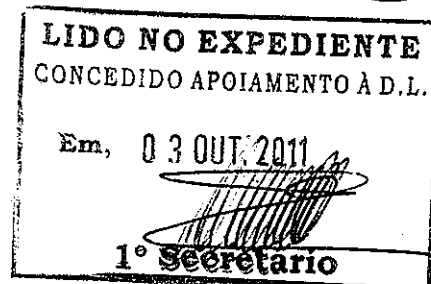
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
17ª Legislatura – 1ª Seção Legislativa



Ref. Inf. nº 157/2011- DL

Acolho a informação da Diretoria Legislativa em todos os seus termos e, em face dela, tenho como **resolvida** a “Questão de Ordem” suscitada pelo Deputado Nereu Moura, para **decidir que**, além da ausência de formalização do devido Recurso ao Plenário e considerando o fato de que as “Justificativas” apresentadas pelo Deputado Cleiton Kielse, em verdade não são mais do que a discriminação do fato determinado que, nos termos do Art. 36, § 1º, do Regimento Interno deveria ter constados no Requerimento inicial, por ocasião de sua apresentação e coleta de apoio, requisito este indispensável como condição para a instalação de uma CPI, foram apresentadas diretamente a Procuradoria Geral e sem o devido e regular apoio, **esta Presidência não encontra amparo legal para determinar a instalação da CPI pela qual se pretende “investigar o processo licitatório referente a implantação do PROGRAMA DE CONCESSÃO DE RODOVIAS NO PARANÁ”.**

Deputado Valdir Rossoni  
Presidente



1. Bimble  
2. Amato - m e  
Juntar ao  
Projeto respectivo  
Maurício Ribeiro Borges  
Diretor Legislativo

15/02/03/10/2011 007658 DT RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARANÁ